

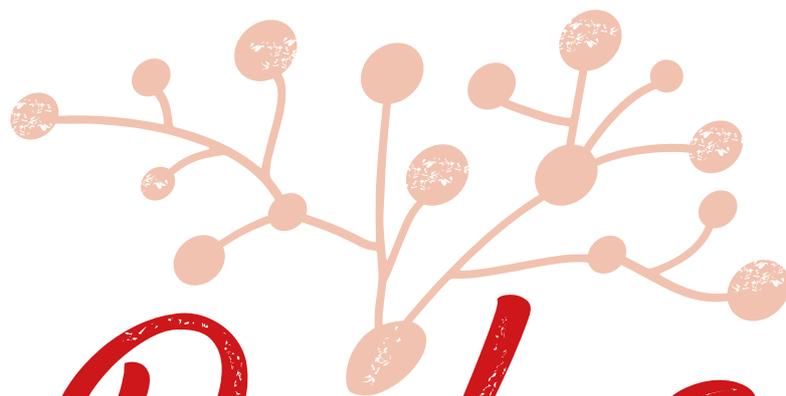
Redes

**REDES DE AGROECOLOGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS
APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE**

SUMÁRIO EXECUTIVO



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**



Redes

**REDES DE AGROECOLOGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS**
APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE

SUMÁRIO EXECUTIVO



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento *Sumário Executivo | Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios – Aprendizados do Programa Ecoforte* seja citado como fonte.

Dados internacionais para catalogação na publicação (CIP)

C829s Cortines, Anna Cecília.

Sumário executivo : redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios : aprendizados do Programa Ecoforte / Anna Cecília Cortines. – 1. ed. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2019.

48 p. : il. color. ; 21 cm.

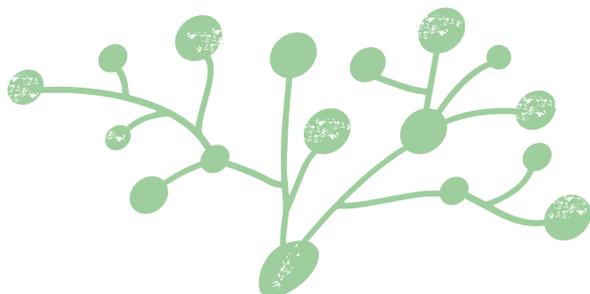
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-87116-32-1

1. Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. 2. Ecologia agrícola – Brasil. 3. Agricultura sustentável - Brasil. 4. Agricultura familiar – Brasil. 5. Planejamento regional. 6. Desenvolvimento econômico. I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II. Título.

CDD – 630.27450981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB-7 5331



SUMÁRIO EXECUTIVO

Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios – Aprendizados do *Programa Ecoforte*

Redação

Anna Cecília Cortines

Revisão técnica

Denis Monteiro
Flavia Londres

Revisão de texto

Consultexto

Projeto gráfico, capa e tratamento de imagens

Raro de Oliveira

Diagramação

Antonio Dias

Coordenação editorial

Flavia Londres

REDES DE AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS – APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE

Organizadores

Claudia Job Schmitt
Sílvio Isoppo Porto
Helena Rodrigues Lopes
Flavia Londres
Denis Monteiro
Paulo Petersen
Luciano Silveira

Autores

Claudia Job Schmitt
Sílvio Isoppo Porto
Helena Rodrigues Lopes
Paulo Neto
Paulo Petersen
Angélica Almeida
Natália Almeida
Verônica Pragana
Viviane Brochardt
Denis Monteiro
Flavia Londres

Pesquisadores

Anna Cecília Cortines, Célio Cadoná, Claudia Job Schmitt, Cristina Sturmer, Euclides Reuter de Oliveira, Edelaine Brinker, Fábio Dias, Guilherme Gjørup, Gustavo Martins, Helena Rodrigues Lopes, Jairo Bosa, José Guedes, José Renato Porto, Laura de Biase, Márcio Menezes, Marli Gondim de Araújo, Pablo Sidersky, Paulo Neto, Régis Paiva, Rogério Dias, Sara Pimenta, Sílvio Isoppo Porto e Victor Leonam

Assistentes de pesquisa

André Moreira Bordinhon, Alexandre Magno Lopes Gollo, Juliano Luís Palm, Larissa Aparecida da Silva Cabral e Laura dos Santos Rougemont

Elaboração de mapas e site

Cooperativa EITA

Tiragem

600 exemplares

SUMÁRIO

Introdução	4
Metodologia	6
Capítulo 1 - Agroecologia nos territórios: uma visão panorâmica de 25 redes apoiadas pelo <i>Programa Ecoforte</i>	8
Capítulo 2 - Reflexões sobre as dinâmicas territoriais das redes de agroecologia	18
Manejo da agrobiodiversidade pelas redes de agroecologia.....	19
Processos de fortalecimento da organização social e participação política das redes de agroecologia	22
Construção social de mercados e outras economias possíveis.....	24
Comunicação e cultura: territórios simbólicos da agroecologia	29
Capítulo 3 - Contribuições do <i>Programa Ecoforte</i> nas trajetórias de três redes territoriais de agroecologia.....	34
Trajetória de luta e a semente da agroecologia nos territórios	36
Diversificação da produção e valorização da agrobiodiversidade.....	38
Beneficiamento da produção e construção social de mercados	41
Construção do conhecimento agroecológico e da comunicação	43
Inserção de mulheres e jovens.....	44
Considerações finais	46



INTRODUÇÃO

Este documento apresenta uma síntese das reflexões, dos resultados e dos aprendizados obtidos no processo de sistematização das redes de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte*, com ênfase nos efeitos da ação das redes nos seus territórios de atuação e nas organizações e famílias envolvidas em suas dinâmicas. A versão completa deste trabalho está publicada no livro *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios: Aprendizados do Programa Ecoforte*, no qual encontramos informações mais detalhadas e aprofundadas.

O *Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica*, conhecido como *Ecoforte*, foi criado em 2013, como parte integrante da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), implementado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tem como objetivo apoiar projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas

produtivos orgânicos e de base agroecológica. Em seu primeiro edital, apoiou 28 projetos com duração de dois anos para a execução de ações por organizações da sociedade civil, com recursos da FBB, do Fundo Social do BNDES e do Fundo Amazônia.

Por ter acompanhado de perto o *Programa Ecoforte*, desde a sua construção até a execução dos projetos de muitas das redes apoiadas, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) identificou a importância de promover o intercâmbio entre essas experiências e de desenvolver um processo de sistematização que fosse capaz de dar visibilidade à riqueza de resultados e aprendizados gerados pela ação das redes e potencializados pelo apoio do Programa. Em parceria com a FBB, o BNDES e o Fundo Amazônia, a ANA então desenvolveu esta pesquisa participativa de âmbito nacional envolvendo 25 redes apoiadas nesse primeiro ciclo de projetos *Ecoforte*.

A sistematização dessas experiências se deu por meio de um processo de reflexão entre os integrantes e parceiros de cada rede, contribuindo, assim, para o fortalecimento e a qualificação de sua atuação no território. Aconteceu em três níveis de profundidade de análise, envolvendo 25 redes no primeiro nível, 12 no segundo e três no terceiro. Proporcionou momentos de troca entre as redes, fazendo circular o conhecimento gerado no âmbito de suas ações e identifican-



Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

Seminário nacional para apresentação e discussão dos resultados da sistematização. Brasília (DF), maio/2019

do temas comuns a serem trabalhados numa articulação para além do território, de modo a contribuir para a construção e consolidação de políticas regionais e nacionais com enfoque agroecológico.

Na parte inicial deste documento, descrevemos a metodologia utilizada; em seguida, trazemos um capítulo com o retrato mais geral das 25 redes e uma análise transversal de eixos como organização social, governança, temas mobilizadores, políticas públicas acessadas e sinergias com o *Programa Ecoforte*. O Capítulo 2 apresenta as análises relativas ao segundo nível da sistematização, que abrange 12 redes, abordando, especialmente, os processos de territorialização e os impactos nas dinâmicas mobilizadas pelas redes a partir do apoio do *Ecoforte*. O Capítulo 3 conecta a análise econômico-ecológica de agroecossistemas com as dinâmicas territoriais e históricas de três destas redes. E, finalmente, as Considerações Finais.

As 25 redes sistematizadas desenvolveram e/ou implementaram 1.042 Unidades de Referência de Tecnologias Sociais. A coleção *Teia Agroecológica – Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*¹, publicada pela ANA também em parceria com a FBB, o BNDES e o Fundo Amazônia, traz um panorama da riqueza e diversidade dessas iniciativas, apresentando 22

1. Coleção completa disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia/>.

tecnologias sociais desenvolvidas no âmbito das redes apoiadas pelo *Ecoforte* em todas as regiões do País.

Outro produto da pesquisa foi um mapeamento das 25 redes, de suas organizações e das Unidades de Referência implementadas por meio dos projetos *Ecoforte*. Estas informações estão disponíveis para acesso *online* em: redes-ecoforte.eita.org.br.

Esperamos que a leitura deste *Sumário Executivo* instigue sua curiosidade para acessar as publicações citadas e outras informações disponíveis de cada rede de agroecologia.

Boa leitura!



Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

Coleção *Teia Agroecológica* apresenta tecnologias sociais desenvolvidas pelas redes territoriais de agroecologia

METODOLOGIA



Foto: Gilma Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

Apresentação e discussão dos resultados da sistematização. Brasília (DF), maio/2019

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) adota como princípio político-pedagógico a valorização de experiências concretas de agroecologia protagonizadas por famílias, grupos, comunidades e organizações presentes nos diferentes territórios do País, bem como a promoção do intercâmbio entre estas como uma das estratégias de aprendizado mútuo. Nesse sentido, a prática da sistematização é desenvolvida nessa rede como um processo de autorreflexão dos próprios atores envolvidos, como base para os debates sobre a construção da agroecologia nos territórios e sobre diversos temas mobilizadores. Os aprendizados gerados inspiram a formulação de propostas para a criação e o aprimoramento de programas e políticas públicas.

As sistematizações facilitam e enriquecem a circulação de informações entre as redes e organizações do campo agroecológico. Além disso, contribuem para a visibilização das experiências e dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das redes para além do círculo de atores diretamente envolvidos em suas dinâmicas. Também facilitam a comunicação com setores mais amplos da sociedade, contribuindo para o crescente reconhecimento social da agroecologia, da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, bem como para o apoio da população do campo e das cidades à agenda política do movimento agroecológico.

Para a sistematização das redes de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte*, o método proposto foi conduzido em três níveis distintos, em função da profundidade das reflexões e análises orientadas pelas dimensões apresentadas no fluxograma a seguir.

Com base nessas dimensões e a partir de questões orientadoras, foram elaborados roteiros de pesquisa para motivar o conjunto de atores envolvidos a refle-

tir e sistematizar as experiências desenvolvidas pelas redes a partir de suas ações, incluindo aquelas impulsionadas pelo *Programa Ecoforte*, e as resultantes da sinergia entre elas e outras políticas no território. Tais roteiros foram construídos por meio de diálogos estabelecidos entre a equipe responsável pela sistematização e as redes envolvidas e contemplam conteúdos diferentes para cada nível.

No início do processo, cada rede indicou uma pessoa de referência para atuar como ponto focal para a sistematização, com a responsabilidade de manter o diálogo permanente com a equipe da ANA, provocar os debates com o coletivo diversificado de atores envolvidos na implementação do projeto apoiado pelo *Ecoforte*, bem como compartilhar as informações organizadas para complementos e correções.

Questões orientadoras da sistematização

1. Que tipos de arranjos técnicos, econômicos e organizativos foram apoiados pelo *Programa Ecoforte*?
2. Que tecnologias sociais foram geradas ou fortalecidas com o *Programa Ecoforte*? Que fluxos e processos foram dinamizados a partir dessas tecnologias?
3. Que tipos de sinergia foram construídos pelo *Programa Ecoforte* com outras políticas públicas?
4. Quais foram os efeitos do Programa no fortalecimento das redes, na construção da agroecologia nos territórios e na promoção de modos de vida sustentáveis?
5. Que contribuições podemos fazer para o aprimoramento do *Programa Ecoforte*?

FIGURA 1

DIMENSÕES DE ANÁLISE DA SISTEMATIZAÇÃO DAS REDES DE AGROECOLOGIA



A primeira etapa foi a **sistematização no nível 1**, cujo objetivo foi realizar uma caracterização geral das 25 redes de agroecologia que se envolveram no processo quanto ao histórico de formação, público envolvido, número de organizações, contexto e abrangência territorial, atividades realizadas, políticas públicas acessadas, assim como tecnologias sociais relevantes e elementos a serem aprofundados nos níveis 2 e 3.

A caracterização de cada rede foi feita a partir da síntese das informações contidas nos projetos, relatórios e outros documentos disponibilizados em um roteiro de questões complementado via interação dos sistematizadores com os pontos focais das redes. Essas informações possibilitaram a elaboração de análises transversais e a organização de dados gerais sobre o Programa, o universo das redes apoiadas e os efeitos gerados pelos projetos na ação das redes e suas organizações.

O **segundo nível de sistematização** incluiu 12 das 25 redes e buscou compreender como os efeitos do apoio do *Programa Ecoforte* se integram às dinâmicas territoriais desenvolvidas por essas redes, em especial por meio das Unidades de Referência (URs)¹, no que

1. Unidade de Referência (UR) deve ser entendida como o local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições e capacitações com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências (Edital de Seleção Pública Nº 005/2014 – Projeto Ecoforte, 2014, p. 3).

se refere a estratégias de produção aliadas à conservação da natureza e promoção da saúde; organização social e política das redes; estratégias de comercialização; participação e protagonismo de jovens e mulheres; e comunicação, cultura e construção de conhecimentos em agroecologia.

Sua execução partiu do resultado da primeira etapa geral da pesquisa e envolveu a realização de atividades de campo para entrevistas, visitas a experiências, reuniões com lideranças e grupos focais, além do preenchimento de novos instrumentos de pesquisa, incluindo linhas do tempo e roteiros mais detalhados de coleta de dados.

Aprofundando ainda mais o estudo, o **terceiro nível de sistematização** foi desenvolvido em três redes. Nestas, foram realizadas análises mais densas sobre alguns temas escolhidos a partir da trajetória das redes, envolvendo a aplicação de novos e mais detalhados instrumentos de pesquisa. Dentre eles, o método Lume², utilizado para realizar estudos de caso de análise econômico-ecológica em agroecossistemas de seis unidades familiares de produção envolvidas nas dinâmicas das redes e beneficiadas com investimentos do *Ecoforte* (dois estudos em cada território).

Ao longo do processo, 22 tecnologias sociais consideradas relevantes pelas redes foram sistematizadas, gerando a coleção *Teia Agroecológica – Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*³. São experiências coletivas desenvolvidas no âmbito das ações das redes que abordam, entre outros temas, a promoção da alimentação adequada e saudável; a educação popular; a geração de renda e o trabalho digno; a promoção e a defesa da biodiversidade; e o comércio justo.

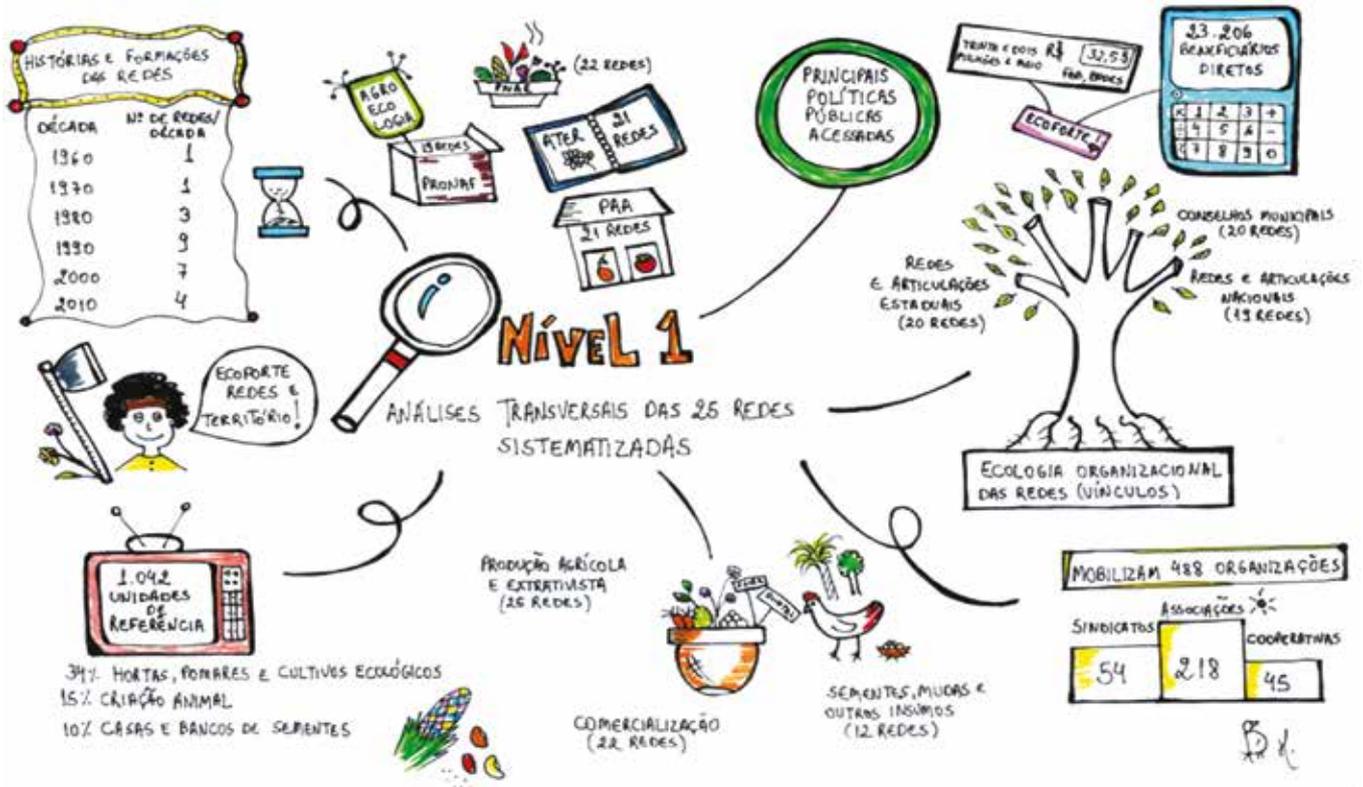
E ainda, foram realizados alguns seminários e oficinas com os pontos focais das redes de agroecologia envolvidas nos diferentes estágios da sistematização. Tais encontros serviram para pactuar as ações da pesquisa, compartilhar resultados preliminares e, principalmente, promover o intercâmbio entre as redes.

2. Para mais informações, ver: <https://agroecologia.org.br/2017/03/21/metodo-de-analise-economico-ecologica-de-agroecossistemas/> - Acesso em 20/08/2019.

3. Coleção completa disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia/>.

CAPÍTULO 1

Agroecologia nos territórios: uma visão panorâmica de 25 redes apoiadas pelo Programa Ecoforte



O Programa Ecoforte lançou seu primeiro edital público em março de 2014, convidando organizações da sociedade civil a apresentar propostas para apoiar redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica a partir de demandas dos territórios. Foram recebidas 167 propostas. Destas, 28 foram, de fato, apoiadas.

Os primeiros projetos contratados tiveram início no final de 2014, todos com duração de 2 anos. No final de 2017, os últimos a serem contratados estavam concluindo suas ações. Cada projeto foi apoiado por meio de convênio com o valor máximo de R\$ 1.250.000,00, em recursos não reembolsáveis, oriundos da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa teve como objetivo o apoio a projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica, por meio da implantação de Unidades de Referência (URs). A UR é o local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposi-

ções e capacitações, com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências¹.

O edital previu a vinculação dessas URs a diversos tipos de sistema: hortas, pomares e cultivos ecológicos; unidades agroecológicas de criação animal; unidades de produção de insumos; sistemas sustentáveis de agroextrativismo; sistemas biodigestores; sistemas alternativos de irrigação de baixo custo; sistemas de saneamento básico; sistemas de captação de água e proteção de mananciais hídricos; unidades experimentais de beneficiamento da produção; unidades de comercialização; e outros.

O primeiro nível da sistematização das redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo Ecoforte proporcionou a caracterização geral de 25 redes, as quais atuam em territórios localizados nos diferentes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Campos Sulinos e Pantanal. Algumas têm sua abrangência territorial em mais de um bioma. Isso confere uma diversidade de contextos, culturas, políticas acessadas, práticas e tecnologias sociais adotadas.

Quase todas essas redes já existiam e acessaram o Programa Ecoforte para fortalecer e consolidar suas

1. Edital de Seleção Pública Nº 005/2014 – Projetos Ecoforte, 2014, p. 3.

Rede de máquinas moto-ensiladeiras viabiliza estoque de forragem para período de estiagem. Remígio (PB)



Foto: Túlio Martins



TABELA 1

PERÍODO DE FORMAÇÃO DAS 25 REDES DE AGROECOLOGIA

DÉCADA DE CRIAÇÃO DA REDE	NOME DA REDE	
1960	Rede de Agroecologia da Borborema (PB)	1
1970	Rede Bico Agroecológico (TO)	2
1980	Rede de Agricultura Biodinâmica (MG e SP)	3
	Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (MG)	4
	Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (MG)	5
	Rede Agroecológica do Leste de Minas (MG)	6
1990	Rede de Desenvolvimento Sustentável e Solidário das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina – Agreco (SC)	7
	Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS (CE)	8
	Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)	9
	Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia – Gias (MT)	10
	Rede de Agricultores Experimentadores do Araripe (PE)	11
	Rede Espaço Agroecológico – REA (PE)	12
	Rede Terra (DF e MG)	13
	Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano (PB)	14
	Rede Camponesa de Agroecologia – RCA (RS)	15
	Rede de Agroecologia do Leste Paulista (SP)	16
2000	Rede de Intercaptação e Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu (PR)	17
	Rede Encauchados (PA)	18
	Rede Sabor Natural do Sertão (BA)	19
	Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – Apoms (MS)	20
	Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (MG e GO)	21
	Rede de Produção Agroecológica do Semiárido Piauiense – Repaspi (PI)	22
2010	Rede Unidades Agroecológicas Integradas – UAI (Vale do Urucuia, MG)	23
	Rede Maniva de Agroecologia – Rema (AM)	24
	Rede Trijunção Cerrado Central (BA, GO e MG)	25

ações. A maioria das redes foi formada a partir da década de 1990, tendo as mais antigas se originado na década de 1960, como mostra a Tabela 1.

Quanto ao **público**, os 25 projetos apoiados pelo *Ecoforte* beneficiaram diretamente 23.206 pessoas de diferentes grupos sociais. São eles: agricultoras/es familiares; camponesas/es; assentadas/os de reforma agrária; trabalhadoras/es rurais; e povos e comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras/es artesanais, vazanteiras/os, caatingueiras/os e comunidades de fundos de pasto. O Gráfico 1 detalha o número de projetos em que cada grupo social está envolvido.

As **mulheres e as/os jovens** estão presentes em quase todos os projetos, com atividades desenvolvidas

GRÁFICO 1

GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DAS REDES

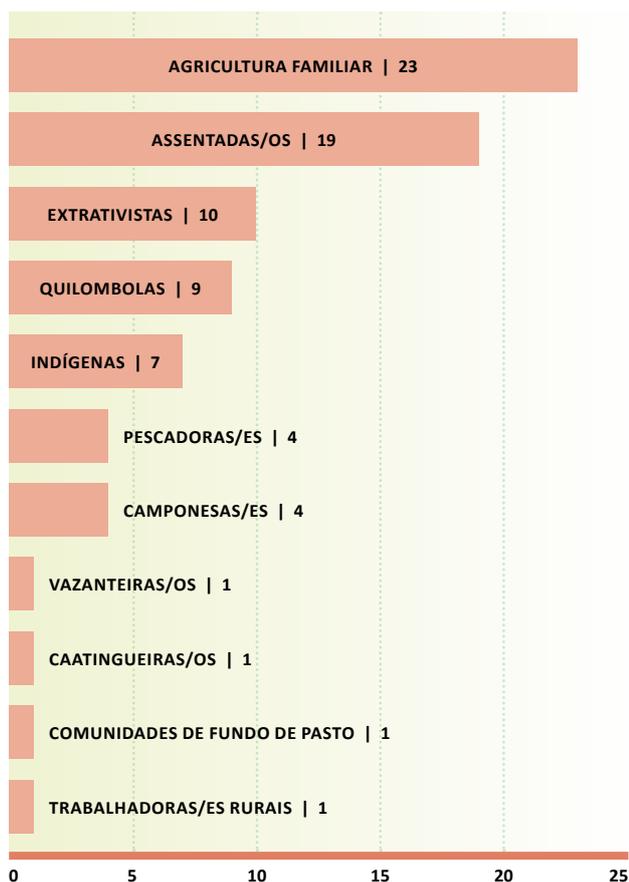


Foto: Paulino Anselmo de Menezes Filho

Implantação de quintais diversificados promoveu melhorias na capacidade produtiva. Cristalina (GO)

diretamente com elas/es — 16 redes incluíram atividades específicas para mulheres; e 13, para as/os jovens.

Dentre essas atividades, as mulheres tiveram forte presença no fortalecimento dos quintais produtivos e da criação de pequenos animais e comercialização desses produtos, bem como na implantação e gestão das unidades de beneficiamento. Essas atividades foram permeadas por formações que também estimularam a organização social, resultando, por exemplo, na formação de grupos produtivos, na atuação na gestão de feiras agroecológicas e na participação ativa nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Com isso, as redes identificaram que o apoio do *Ecoforte* contribuiu para aumentar o protagonismo e a autonomia política e econômica das mulheres envolvidas.

Um dos grandes desafios das organizações das redes tem sido sensibilizar e integrar as/os jovens nas atividades produtivas das famílias, de forma a reduzir o êxodo delas/es do mundo rural. Nesse sentido, a articulação das Escolas Família Agrícola (EFAs) às redes foi muito importante para a integração desse público nos projetos. Foram muitas as atividades de formação sobre práticas de manejo agroecológico e agroextrativista, organização social e comunicação.

Exemplos como a estruturação de um fundo rotativo para a criação de pequenos animais na Rede de Agroecologia da Borborema (PB), a apicultura na Rede Bico Agroecológico (TO) e o uso de equipamentos para práticas culturais na Rede Ecovida (RS) motivaram as/os jovens a permanecer junto a suas famílias nas comunidades rurais.

Participaram diretamente dos projetos executados pelas 25 redes um total de 488 organizações de diferentes naturezas: cerca de 44% eram associações de diversos tipos; seguidas de sindicatos e federações (11%); cooperativas (9%); associações, cooperativas e grupos de mulheres (7,8%); e organizações não governamentais e instituições de assessoria (7,4%). Além destas, há mais 15 categorias, como pode ser visto no Gráfico 2, que apresenta, de forma detalhada, o número de organizações integrantes em cada uma das redes.

Os **vínculos estabelecidos pelas redes** com instituições de ensino e pesquisa e com outras **redes de abrangência maior** do que seu próprio território de atuação e a **participação em espaços de controle social** têm tido extrema relevância para o alcance de seus objetivos. Divulgar as ações das redes, dialogar sobre demandas, fazer denúncias, elaborar propostas de políticas públicas e construir e acessar novos mercados são algumas das iniciativas que têm fortalecido as estratégias de luta e proporcionado conquistas para as 25 redes.

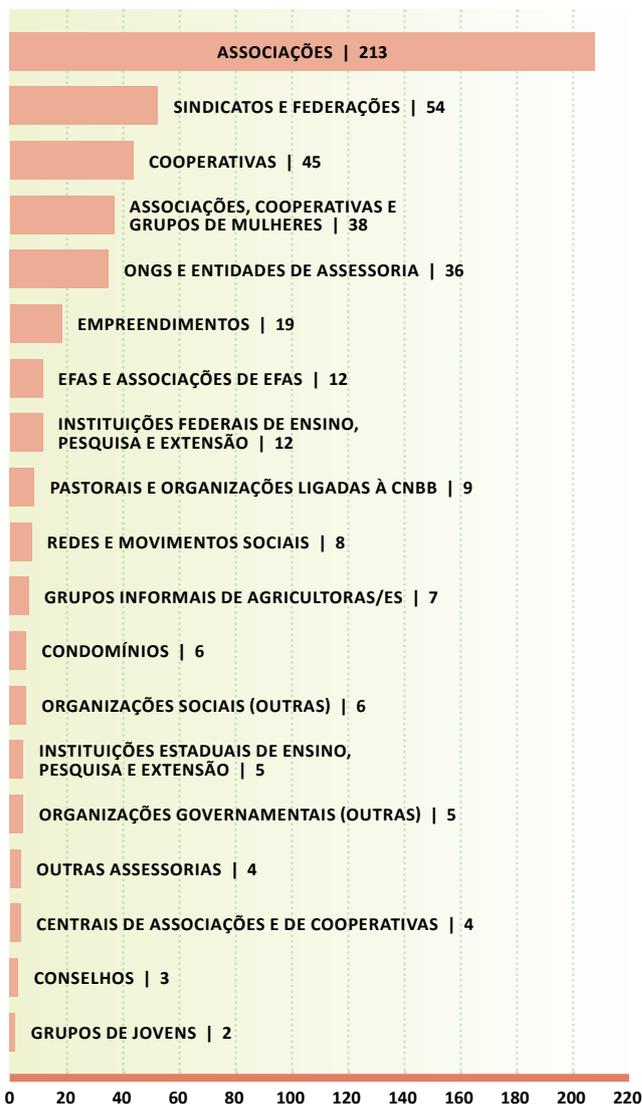
Nesse sentido, a maioria das redes territoriais está integrada a outras redes e articulações estaduais e nacionais (80%), como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Seis redes (24%) participam de articulações e organizações internacionais, como, por exemplo, o Slow Food, que fomenta o direito à alimentação de qualidade produzida de forma sustentável, valorizando os produtores e os alimentos da sociobiodiversidade, e o Fairtrade, que atua com certificação em comércio justo e solidário.

A maioria das redes (80%) também tem participação efetiva em conselhos municipais, como, por exemplo, os conselhos de alimentação escolar, que têm sido fundamentais para a inclusão dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Ali-

mentação Escolar (Pnae), proporcionando a oferta de alimentos saudáveis e da agrobiodiversidade local às crianças e às/aos jovens.

Também tem destaque a participação de 70% de organizações das redes em conselhos, colegiados e fóruns territoriais, regionais e estaduais, pois são espaços privilegiados de diálogo e negociação de políticas públicas e outras ações que venham ao encontro

GRÁFICO 2
NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES,
POR CATEGORIA, QUE INTEGRARAM
DIRETAMENTE OS PROJETOS DAS 25 REDES





Produção familiar abastece diretamente feira gerida pelas/os agricultoras/es. Cajazeiras (PB)

Foto: Rayra Martins

de atender às demandas de cada território. A participação das organizações de base nesses espaços também constitui uma oportunidade de formação para os diferentes sujeitos sociais atuantes nas redes.

Merece também destaque a presença de 60% das redes, durante o período de vigência dos projetos, em órgãos colegiados e conselhos nacionais, como, por exemplo, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Esses espaços democráticos foram fundamentais na construção e implementação de políticas para o público das 25 redes e hoje estão afetados pelo Decreto nº 9.759 (11/04/2019), que extinguiu vários colegiados federais.

Em 30% das redes territoriais, existem EFAs que participam de espaços nacionais e estaduais de ar-

ticulação dessas instituições, como, por exemplo, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab).

A integração entre essa enorme diversidade de sujeitos sociais e organizações contribui para o aprendizado e o desenvolvimento de inovações. Isso porque as redes são, a todo momento, desafiadas a encontrar caminhos que agreguem as capacidades e habilidades de cada sujeito, lidando com as respectivas especificidades, num exercício constante de escuta e diálogo na busca do interesse comum e sempre conectadas com as oportunidades e adversidades do contexto territorial.

Esse cotidiano de relações também exige uma forma de **governança** que se constrói e amadurece ao longo da trajetória da ação em rede das organizações. Essa forma de gestão envolve diversas pactuações en-

tre seus integrantes, como, por exemplo, a definição de papéis das organizações em função de seu perfil e habilidade; como se dá a tomada de decisões; o nível de envolvimento das organizações na elaboração e execução de projetos; dentre outras.

Ainda que com diferenças entre temas mobilizadores e/ou graus de intensidade entre eles, as redes estudadas possuem **dinâmicas de territorialização** que podem ser resumidas na Figura 1.

FIGURA 1
DINÂMICAS DE TERRITORIALIZAÇÃO
DAS 25 REDES



Nota-se que há uma diversidade e complementaridade entre os temas, muito em função do que o contexto e o perfil das famílias e organizações envolvidas demandam.

Todas as 25 redes realizaram atividades de fomento à produção agrícola e ao extrativismo, e a maioria associou essas atividades ao beneficiamento e comercialização dos produtos. Metade delas incorporou ações relativas a resgate, multiplicação e troca de sementes crioulas e mudas nativas e ainda a produção de insumos agroecológicos como forma de valorizar os conhecimentos tradicionais e buscar autonomia das/os agricultoras/es em relação aos pacotes tecnológicos da agricultura convencional. Outras temáticas, tão importantes quanto as citadas, também compõem este universo das redes, conforme mostra o Gráfico 3.



Foto: Marcos Antonio Corbari



Foto: Sylvia Vartuli

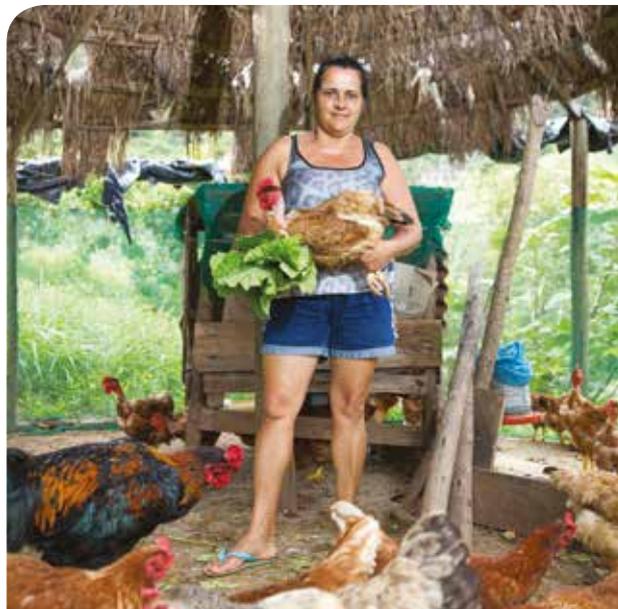


Foto: Sylvia Vartuli

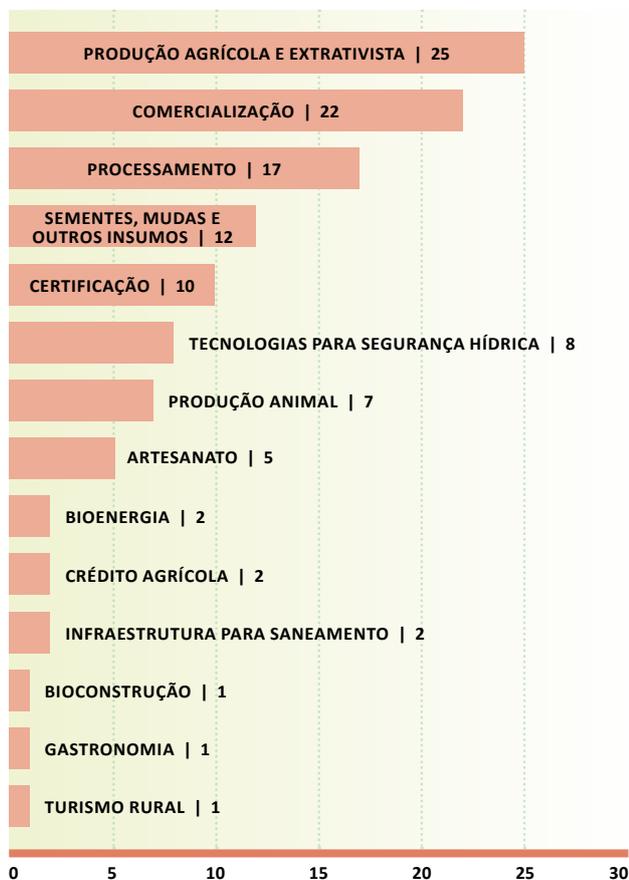


Foto: Paulo Henrique G. de Souza

Mosaico de sistemas agroecológicos produzindo alimentos cheios de cores e sabores

GRÁFICO 3

NÚMERO DE REDES ENVOLVIDAS COM CADA TIPO DE ATIVIDADE TEMÁTICA

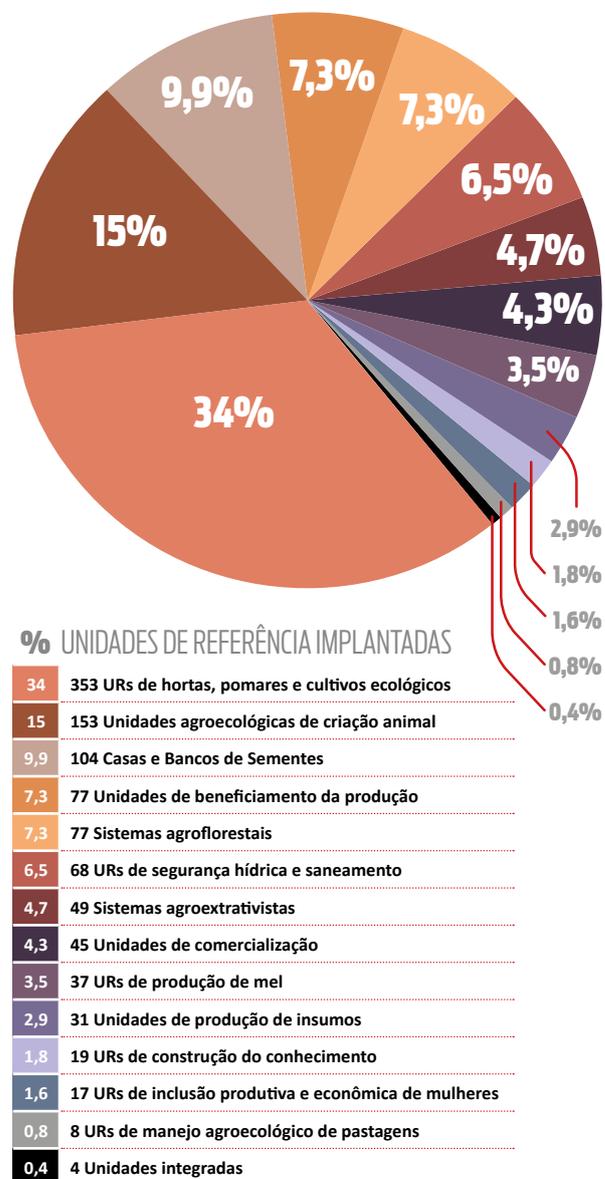


Seguindo essa linha, temos um mosaico com diferentes sistemas contidos nos tipos de Unidade de Referência disponíveis, conectando-os às práticas enraizadas territorialmente pelas redes. Ao todo, foram implantadas 1.042 URs: as hortas, os pomares e os cultivos ecológicos constituem a grande maioria, seguidos das unidades de criação animal e Casas e Bancos de Sementes Crioulas. O Gráfico 4 mostra a distribuição dos tipos de UR implementados nos projetos das 25 redes sistematizadas.

As organizações das redes acessaram diversas políticas públicas ao longo de sua trajetória, sobretudo a partir de 2003, quando houve um ciclo de ampliação e inovação das políticas direcionadas à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária, aos

GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE UNIDADE DE REFERÊNCIA IMPLANTADOS NAS 25 REDES



povos indígenas e quilombolas e às comunidades tradicionais nas diferentes regiões do País.

Dentre as **políticas públicas acessadas pelas famílias** envolvidas nas redes e citadas como as mais relevantes, destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater),



Vista panorâmica da comunidade Buraquinhos, Chapada Gaúcha (MG)

pois mais de 20 redes tiveram acesso, garantindo, assim, novos mercados institucionais e assessoria técnica para as famílias e organizações. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi acessado pela base social de 19 redes; e os programas de certificação orgânica, por 16 redes.

Programas sociais como o Bolsa Família foram citados como relevantes pelo público de 11 redes; seguidos da Previdência Social (10 redes); programas voltados para as mulheres (8 redes); e Brasil Sem Miséria (7 redes).

Outras políticas de fomento à agricultura familiar acessadas e citadas como relevantes por sete a dez redes foram o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), fomento a Casas e Bancos de Sementes, Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (Neas), Núcleos de Extensão Territorial (Nedets) e programas de implantação de cisternas para consumo humano e produção agrícola — *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC) e *Programa Uma Terra Duas Águas* (P1+2).

De forma geral, foi possível identificar **conexões e sinergias entre políticas públicas e o Programa Ecoforte** a partir do trabalho das redes tanto no estímulo ao acesso pelas famílias e organizações como na amplificação dos efeitos das políticas (Gráfico 5). Por exemplo, as políticas de compras governamentais, como o Pnae e o PAA, estimularam o aumento de escala e a diversificação da produção promovidos pelo *Ecoforte*, ao mesmo tempo que os estímu-

los à produção contribuíram para a construção e a consolidação de diversos canais de comercialização. Os programas de implantação de cisternas também potencializaram os resultados dos investimentos proporcionados pelo *Ecoforte* aos subsistemas de produção de sementes e alimentos, garantindo a colheita mesmo em períodos de estiagem.

Esse olhar mais geral sobre as redes e os efeitos sobre suas dinâmicas com o apoio do *Programa Ecoforte* demonstra a eficiência do uso dos recursos públicos nesta estratégia de apoiar redes. As 25 redes envolveram diretamente nos projetos um universo de 488 organizações, e 23.206 pessoas foram beneficiadas. Trata-se de um público bastante grande e de resultados muito consistentes, considerando o montante disponibilizado pelo Programa: foram R\$ 32,5

Foto: Guilherme Gjorup



Eliete e o filho na feira agroecológica que acontece todas as semanas em Divino (MG)



Foto: Paulo Henrique G. de Souza

milhões em dois anos, ou seja, em torno de R\$ 600 mil/rede/ano, ou cerca de R\$ 700,00 por beneficiário direto/ano.

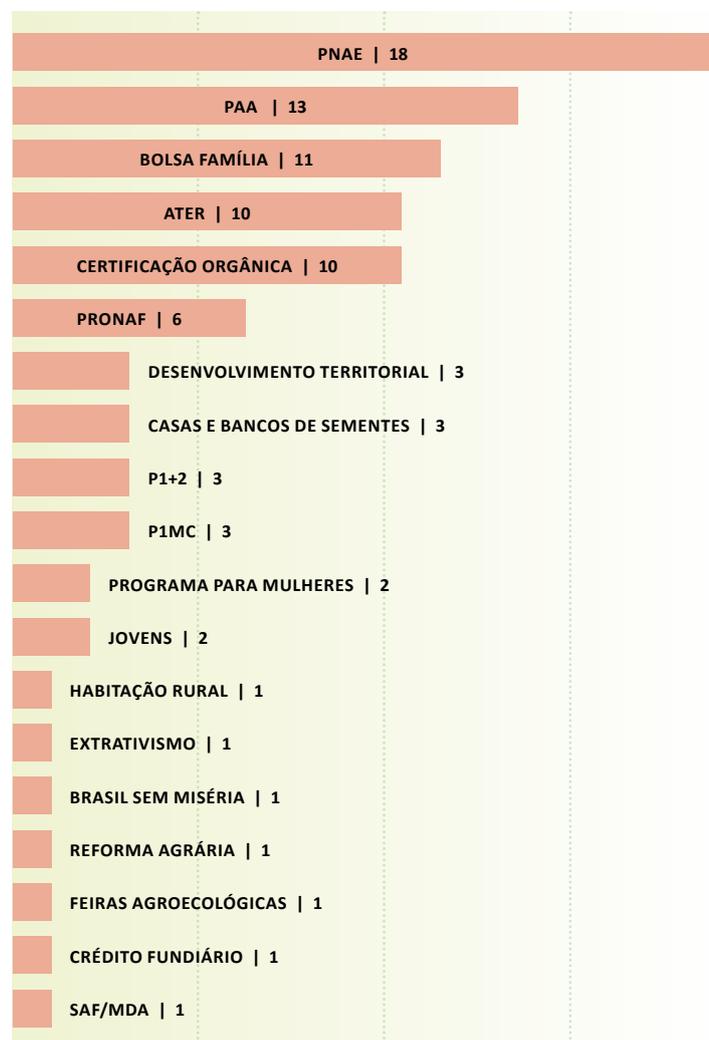
Essa eficiência na conquista de tantos resultados, envolvendo a relação entre muitos atores e poucos recursos, pode ser compreendida pela convergência de esforços mobilizados por múltiplos atores atuantes nas redes. Além disso, as redes potencializam recursos oriundos tanto das políticas públicas federais, estaduais e municipais quanto endógenos ao território, sempre a partir do princípio das ações coletivas e buscando sinergia entre as diferentes fontes de financiamento mobilizadas.

Dessa forma, podemos dizer que a organização em rede desempenha um papel fundamental na coordenação entre diferentes atividades econômicas, sociais, culturais e de conservação dos recursos naturais que se inter-relacionam territorialmente. As redes possuem governança própria construída de forma dinâmica e viva em conexão com o contexto territorial, permitindo expansões e adensamentos por meio de entendimentos comuns entre seus atores.

Nesse diálogo com as redes, o *Programa Ecoforte* carregou de realidade seus conceitos (Unidades de Referência, rede, território, tecnologia social) e foi capaz de promover muitos encontros sinérgicos nos territórios.

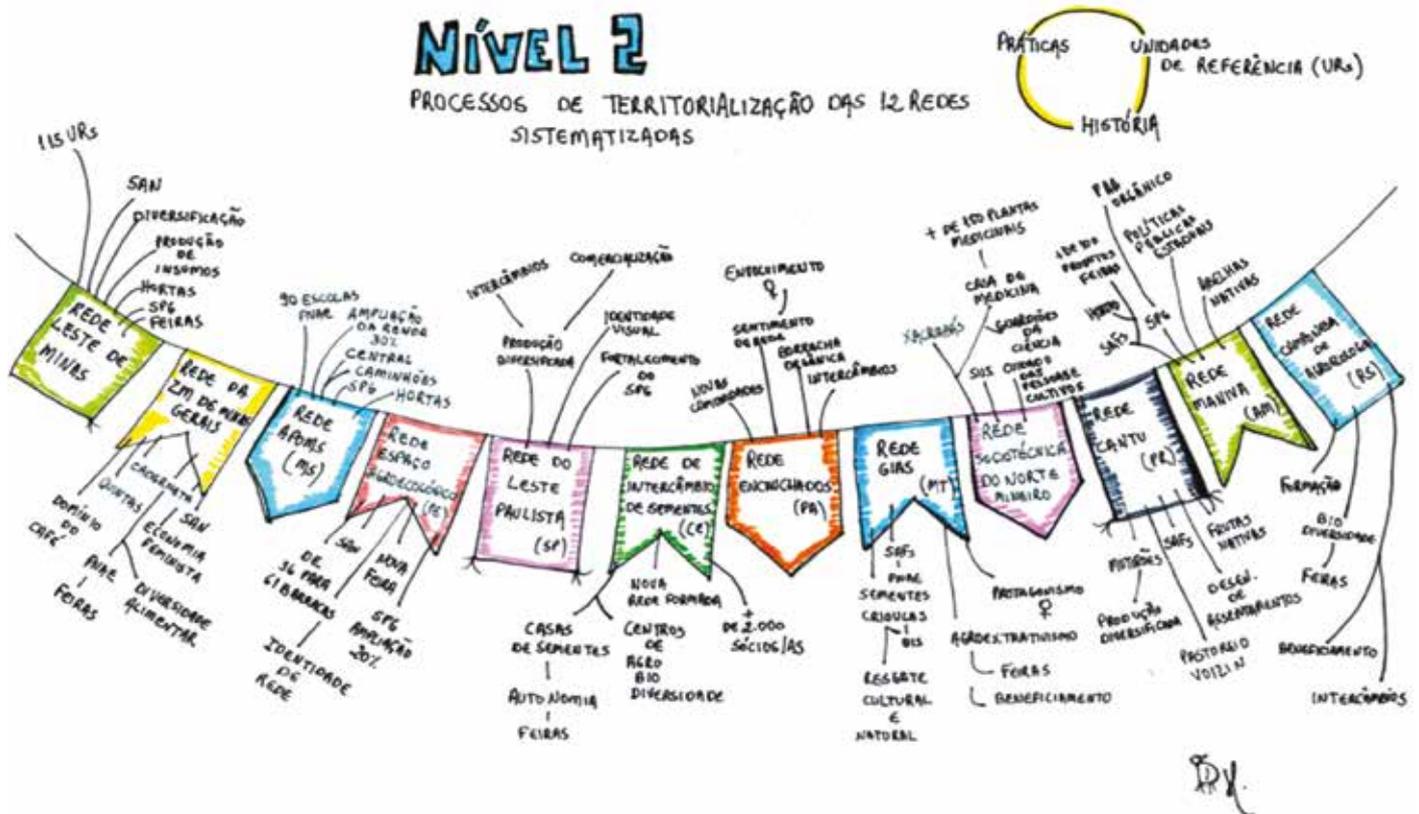
GRÁFICO 5

NÚMERO DE REDES QUE MENCIONAM CADA POLÍTICA PÚBLICA CUJOS EFEITOS FORAM POTENCIALIZADOS PELO *PROGRAMA ECOFORTE*



CAPÍTULO 2

Reflexões sobre as dinâmicas territoriais das redes de agroecologia



As ações das redes territoriais de agroecologia revelam uma diversidade de conhecimentos e práticas que se complementam no ciclo de produção, beneficiamento, comercialização e consumo. Com isso, trazem qualidade e diversidade para a alimentação das famílias e renda para suprir outras necessidades, além de fortalecerem a autonomia e a identidade camponesa dos povos e comunidades tradicionais e ainda atuarem na resistência e defesa dos territórios e de outros bens comuns.

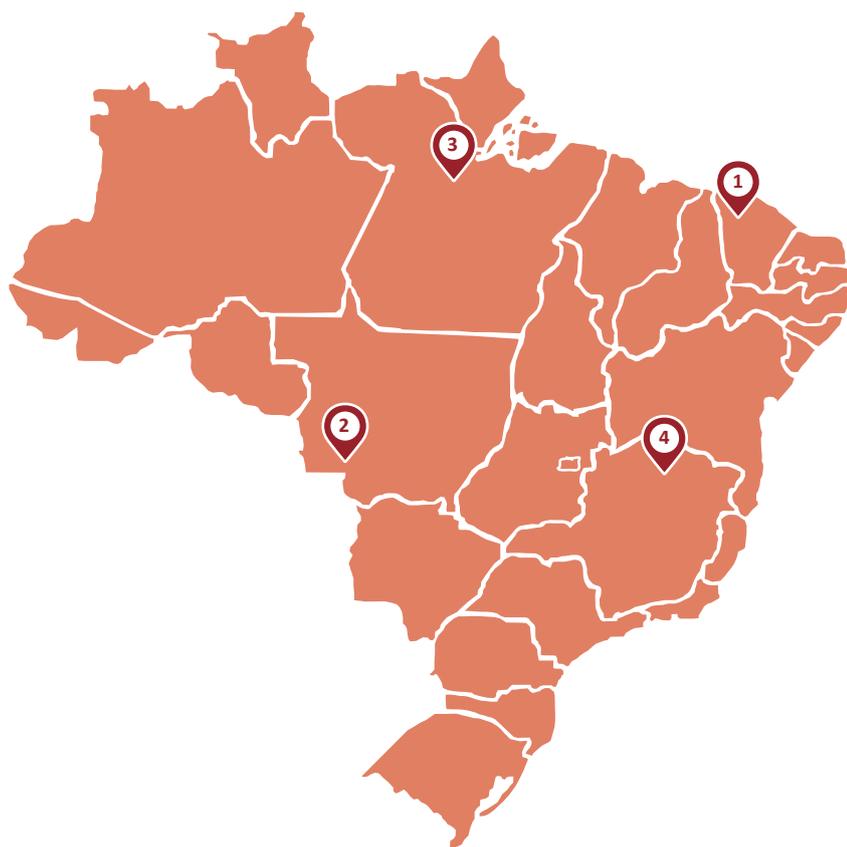
Essas dinâmicas contribuem para o enraizamento da agroecologia nos territórios de atuação das redes, que se potencializam pela implementação das Unidades de Referência apoiadas pelo *Programa Ecoforte*, criando novos fluxos e arranjos e estimulando o adensamento daqueles já existentes.

Neste segundo nível da sistematização, focamos nossas reflexões sobre tais efeitos; para isso, aprofundamos nossa análise em quatro eixos temáticos, a partir do olhar sobre 12 redes. Apresentamos os resulta-

dos em quatro seções ilustradas pelas práticas e ações de um grupo de redes, que abordam: (i) as práticas associadas à agrobiodiversidade; (ii) a organização social e política das redes; (iii) a construção social de mercados; e (iv) a cultura, a comunicação e a construção de conhecimentos em agroecologia. Permeada em todos os temas, está a identificação da participação da juventude e das mulheres nessas dinâmicas.

MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE PELAS REDES DE AGROECOLOGIA

As reflexões sobre práticas relacionadas à agrobiodiversidade representam possibilidades de pensar como os atores sociais engajados com a agroecologia têm manejado historicamente a natureza, cultivando e criando animais em consonância com sistemas locais diversificados, buscando em seus fazeres e dizeres a valorização e a preservação tanto da flora e da fauna quanto dos muitos saberes aí envolvidos. As quatro redes aqui abordadas atuam em um ou mais biomas e abrangem territórios com vários municípios e em contextos diversos, como mostra o mapa abaixo.



1 ▶ REDE DE INTERCÂMBIO DE SEMENTES (RIS SOBRAL), atua desde 1990 e abrange 11 municípios na região de Sobral (CE)

2 ▶ REDE GRUPO DE INTERCÂMBIO EM AGROECOLOGIA (GIAS), atua desde 1999 e abrange 25 municípios na região da Baixada Cuiabana e na Grande Cáceres (MT)

3 ▶ REDE ENCAUCHADOS, atua desde 2002 e abrange áreas periféricas da Grande Belém (PA)

4 ▶ REDE DE AGROECOLOGIA DO SERTÃO NORTE MINEIRO (REDE NM), atua desde a década de 1980 e abrange nove municípios do Norte de Minas Gerais. O estudo foi feito com recorte nas ações na Aldeia Barreiro Preto, Terra Indígena Xacriabá (TIX), no município de São João das Missões (MG)

O **resgate e a conservação de sementes crioulas** é uma prática comum e prioritária para a RIS, o Gias e a Rede NM. Trata-se da prática de armazenamento coletivo de variedades diferentes em Casas e Bancos de Sementes, que está associada, principalmente, à **autonomia** das famílias, que passam a ter disponibilidade das sementes no momento preciso de plantio, pois as obtêm no regime de troca casando-se com o período das chuvas. Elas ficam livres de ter que dispor de dinheiro para a compra de sementes, fazendo resistência aos pacotes tecnológicos da modernização agrícola. As sementes do mercado geram dependência, pois não podem ser reproduzidas, são de poucas variedades e muitas vezes transgênicas, como, por exemplo, no caso do milho e da soja, e ainda dependem de insumos externos para a obtenção de produção satisfatória.

As sementes crioulas têm qualidade por sua **variedade e adaptabilidade às condições ecológicas** de cada bioma. Como dizem as/os agricultoras/es da RIS, “são sementes da fartura”, pois sua produção garante alimentação diversificada para a família e o trato das criações, além de ter variedade “de todo jeito, milho de palha roxa, duro, macio, doce, agulhinha”. Na Rede NM, os indígenas da etnia Xacriabá associam o sagrado a esta agrobiodiversidade, relacionam as sementes crioulas às/aos “guerreiras e guerreiros da tradição” — detentoras/es dos saberes ancestrais sobre as variedades de sementes e os usos e manejos dos roçados.

Como forma de manutenção do estoque de variedades crioulas, inclusive de espécies que estavam desaparecendo nessas diferentes regiões, na RIS foram implantadas as URs de Produção Coletiva de Variedades de Sementes Crioulas. São quintais e roçados manejados por mutirões entre as/os sócias/os das Casas de Sementes. Na Rede Gias, a implantação do Banco de Informação sobre Sementes (BIS) viabilizou a organização de informações sobre as diferentes variedades de sementes, seus usos e saberes associados, realizada pelas/os animadoras/es de sementes das comunidades tradicionais e dos assentamentos.

Na Terra Indígena Xacriabá (TIX), foram implantados um campo irrigado de produção de sementes e

um viveiro de mudas junto com a construção de cisternas e barraginhas¹. Essa associação foi fundamental para o enfrentamento de restrições ambientais da região, como as estiagens no período das chuvas, que prejudicam a produção.

As Casas e os Bancos de Sementes funcionam como verdadeiros **centros de irradiação de agrobiodiversidade**, com variedades de sementes para a alimentação e a criação animal e de espécies nativas. Os intercâmbios, mutirões e outros tipos de troca estreitaram vínculos entre as famílias e as comunidades e fortaleceram as identidades étnicas. No caso da RIS Sobral, a articulação com quatro municípios da região de Itapipoca, também no Ceará, acionou novos fluxos e motivou a criação da RIS Três Climas², ampliando, assim, seu território de abrangência.

A valorização dos sistemas agroecológicos e da biodiversidade local por meio do **agroextrativismo** e dos **Sistemas Agrofloretais (SAFs)** também foi priorizada no Gias. As Unidades de Referência SAF viabilizaram a produção agroecológica de frutas como mamão, banana, tamarindo, goiaba e manga combinada com hortas, roças, plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (Pancs), comercializadas nas Feiras de Roças e Quintais e nos mercados institucionais — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). As URs de Sistemas Sustentáveis Agroextrativistas fomentaram processos de manejo, intercâmbios e coletas de frutos do Cerrado e do Pantanal, como o cumbaru, o babaçu, o baru e o pequi, utilizados na alimentação das famílias, no beneficiamento e na comercialização. A UR de **Beneficiamento da Produção** transformou parte da produção *in natura* em polpas, bolos, pães, farinha, castanhas e óleos.

A Rede Encauchados tem sua ação focada no extrativismo da seringueira para processamento em borracha e artesanatos com látex pré-vulcanizado — os Encauchados de Vegetais da Amazônia. As grandes distâncias entre as áreas manejadas pelas famílias

1. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido para o armazenamento de água para consumo humano e agricultura.

2. O nome refere-se a uma das características da região de Itapipoca, que é o encontro de três climas — sertão, serra e litoral.

e as condições ecológicas da floresta, como grandes áreas alagadas, vegetação densa e acesso restrito a barcos, impõem limites de atuação para a rede.

Com o *Ecoforte*, tais restrições foram superadas com a implementação das Unidades de Capacitação de Produtores Encauchados de Vegetais da Amazônia, no modelo de Sistemas Sustentáveis. Essas unidades potencializaram um **ponto de referência de encontro**, no qual as/os seringueiras/os envolvidas/os compartilharam conhecimentos, tecnologias, recursos e formas coletivas de produção. Também viabilizaram apoio técnico e social para comunidades até então não integrantes da rede e centralizaram a produção das comunidades, permitindo melhor acesso aos canais de comercialização e contribuindo para o aumento da renda das famílias.

O fortalecimento da Casa de Medicina Tradicional Xacriabá (Cametxa) combina a agrobiodiversidade e o sagrado para a **promoção da saúde**. A Cametxa é um espaço de referência para a “ciência xacriabá”, praticada por indígenas detentoras/es de saberes ancestrais — pajés, parteiras, raizeiras/os, benzedeiros/os e rezadeiras/os. O *Projeto Ecoforte* proporcionou a adequação da estrutura da casa para procedimentos básicos de uma unidade de saúde, buscando integrar suas ações ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na Cametxa, também foi implantada uma cozinha experimental para o preparo de fitoterápicos e homeopantias para saúde indígena, assim como de produtos direcionados à produção vegetal e animal, tanto para a recuperação dos solos e das águas como para o controle de doenças e insetos. Essa condição, somada às formações, permitiu a incorporação da homeopatia aos serviços de saúde oferecidos pela Cametxa.

A **valorização da identidade tradicional** seringueira é vista pela Rede Encauchados como efeito central do *Ecoforte*, pelo reconhecimento desse grupo social no âmbito de uma política pública e, ao mesmo tempo, por fortalecer essa identidade social que tanto contribui para a conservação das florestas. Da mesma forma, as/os indígenas da TIX veem reconhecida sua identidade tradicional pelo apoio à estruturação

e à qualificação da Cametxa e ações associadas, reavivando o sonho de ver seus saberes e suas práticas tradicionais de promoção da saúde integrados ao SUS.

A presença das mulheres é predominante nas atividades e ações de resgate e conservação das sementes. O **protagonismo feminino** traz vida para os sistemas produtivos — nos quintais, roçados e espaços de armazenamento, inclusive com aumento da participação na coordenação. Associado a isso, as mulheres também ampliaram sua participação em sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais e outros espaços políticos nos territórios de atuação das redes. No Gias, esse engajamento feminino é parte da reflexão sobre a reconfiguração do papel da mulher na agricultura familiar.

As mulheres indígenas Xacriabá tiveram um papel fundamental na mobilização de apoios para a implantação da Cametxa. Foram elas que, em 1997, iniciaram um dos primeiros movimentos de constituição de um local de referência para as práticas medicinais da “ciência xacriabá”. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acolheu a demanda e viabilizou a construção da casa naquele mesmo ano. E agora, com o *Ecoforte*, teve sua estrutura de funcionamento potencializada, dando mais um passo na defesa do modo de vida indígena.

A **juventude** também teve presença ativa. Por exemplo, na TIX, nas atividades de identificação de espécies de plantas medicinais usadas na Cametxa e na aldeia, coordenadas pelas/os “guardiãs e guardiões da ciência”. Mais de 50% dos participantes eram jovens, beneficiando-se diretamente da socialização e transmissão dos conhecimentos entre gerações.

Foram identificadas 64 espécies de plantas nativas ao redor das casas — 32 da Caatinga e 32 do Cerrado; e mais de 150 variedades nas matas da TIX, usadas para chás e banhos.

1 ▶ REDE CAMPONESA DE AGROECOLOGIA (RCA), atua desde 2000 e abrange 166 municípios do Rio Grande do Sul (RS)

2 ▶ REDE DE INTERCOOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU, atua desde 2003 e abrange 20 municípios do Território da Cidadania de Cantuquiriguaçu (PR) e três municípios do Território Centro (PR)

3 ▶ REDE MANIVA DE AGROECOLOGIA (REMA), atua desde 2011 e abrange quatro municípios da Região Metropolitana de Manaus e do Território da Cidadania Manaus e Entorno (AM)



PROCESSOS DE FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS REDES DE AGROECOLOGIA

As redes vêm desenvolvendo dinâmicas de organização social e participação política que diferem em função do contexto regional e das oportunidades. São estratégias de se fazer presente e ser reconhecido nos territórios por meio da articulação de diversos atores sociais, temáticas, princípios, políticas públicas, buscando objetivos comuns no meio da diversidade dos grupos que integram cada rede. Associam também conexões em outras escalas para tratar das demandas do território. Três redes foram escolhidas para nos ajudar a ilustrar as reflexões sobre esta temática: duas atuantes no Sul do País e uma na Amazônia.

A **Rede Camponesa de Agroecologia (RCA)** atua no Rio Grande do Sul desde 2000, oriunda de organizações articuladas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Dessa forma, a RCA desenvolve suas estratégias em conjunto com o MPA, em articulação com o *Programa Camponês*³, cuja implementação con-

3. O Programa Camponês – por Alimentação Saudável e Preservação da Natureza, promovendo e valorizando a Agricultura Camponesa foi construído num debate amplo, com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e demais movimentos e organizações integrantes da Via Campesina, da RCA, com parceiros do mundo do

trabalho urbano, intelectuais etc. Começou sua implantação como política pública estadual, mas a intenção é ampliar para o âmbito nacional.

tuou com o apoio financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul e do BNDES para investimentos nas unidades produtivas e no assessoramento técnico. Essa conexão **potencializou os resultados do Projeto Ecoforte**, contribuindo para reduzir o êxodo rural nos territórios de atuação da rede e para aumentar a oferta de alimentos saudáveis e intensificar as dinâmicas de transição agroecológica.

A **Rede de Interação e Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu** está presente na região central e do centro-oeste do Paraná desde 2003, estabelecendo **relações em diferentes esferas**. No território, articula-se com movimentos sociais como o MPA e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); com o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro), para assessoria técnica; e com dois núcleos da Universidade Federal da Fronteira Sul. Numa escala regional, faz parte da Rede de Agroecologia Ecovida (formada

trabalho urbano, intelectuais etc. Começou sua implantação como política pública estadual, mas a intenção é ampliar para o âmbito nacional.

por centenas de organizações de base e ONGs com atuação nos três estados do Sul), inserindo-se nas dinâmicas de comercialização e certificação via Sistema Participativo de Garantia (SPG). Articula-se também com órgãos governamentais em diferentes esferas, em especial pelo acesso ao mercado institucional e à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

A **Rede Maniva de Agroecologia (Rema)** foi criada em 2011 e atua no Território da Cidadania Manaus e Entorno, composto por quatro municípios, incluindo a Região Metropolitana de Manaus. A Rema tem a **certificação participativa da produção orgânica**⁴ como o principal tema mobilizador de suas ações. Aqui, destaca-se a atuação da Associação dos Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas (Apoam), primeira Organização de Controle Social (OCS) credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no Amazonas e que depois tornou-se o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) do SPG Maniva. O SPG abriu novas frentes de articulação política da rede, que passou a coordenar a Comissão de Produção Orgânica (CPOrg/AM) e a compor a Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg/Mapa) em Brasília, movimentando as dinâmicas regionais e locais em direção às diretrizes nacionais.

A RCA aposta na **formação** como o caminho para resgatar e (re)construir o modo de vida camponês com base na agroecologia, baseado no equilíbrio das relações de gênero e geração. Nessa direção, no *Projeto Ecoforte*, a RCA investiu na qualificação e estruturação de espaços de formação: dois Centros Territoriais de Formação, Cooperação e Irradiação da Biodiversidade, nos municípios de Santa Cruz do Sul e Seberí; e duas Escolas Família Agrícola (EFAs), em Santa Cruz do Sul (Efasc) e Vale do Sol (Efasol).

Nos centros, foram realizados diversos cursos e oficinas com temáticas variadas relativas à transição agroecológica e formação de capital social, visando ampliar a reflexão sobre o papel das mulheres e das/os jovens no campo. Como resultado, as oficinas conta-

ram com **ampla participação das mulheres**, constituindo a maioria do público.

Nas EFAs, o regime de alternância proporciona às/aos agricultoras/es intercâmbios de conhecimentos e tecnologias **protagonizados pelas/os jovens**, seja em visitas à escola ou no “tempo comunidade”.

Em diálogo com essas unidades de formação, foi implantada uma Unidade de Beneficiamento de **Sementes Crioulas** no município de Encruzilhada do Sul, além das Casas de Sementes nos Centros de Formação e nas EFAs. O projeto pedagógico das EFAs inclui experimentos com variedades crioulas em seus campos e nas unidades produtivas das famílias das/os estudantes. Com isso, hoje a rede conta com um banco genético com mais de 300 variedades de sementes crioulas e plantas medicinais.

A Efasc atende estudantes de 140 comunidades rurais de cerca de 10 municípios da região que cursam o Ensino Médio Técnico em Agricultura.

A Rema também investiu esforços nesses dois campos. A formação está diretamente articulada com o processo de certificação orgânica. E o resgate e a conservação de sementes e mudas crioulas estão articulados com o desenvolvimento de SAFs com espécies adaptadas às condições locais; o manejo de Pancs, como a taioba, o ariá e a bertalha; e a produção extrativista da floresta, especialmente de frutos.

As três redes implantaram Unidades de Referência para **fortalecer a produção agroecológica**. Na região de Santa Cruz do Sul, a RCA investiu na criação de alternativas à produção do fumo, cujo ciclo mantém as famílias dependentes e subordinadas às empresas transnacionais que atuam nesse sistema de integração. Com a diversificação da produção, houve a oferta de cerca de 80 produtos inseridos nos mercados, como as feiras agroecológicas — articuladas com o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre —, o mercado institucional (PAA e Pnae), restaurantes e minimercados.

4. Para melhor compreensão sobre o funcionamento dos sistemas de certificação da produção orgânica, podem ser acessadas as informações contidas nas cartilhas produzidas pelo Mapa e disponíveis em: MAPA. *Produtos Orgânicos: Sistemas Participativos de Garantia*. Brasília: MAPA/ACS, 2008 (cartilha). Disponível em: <http://aao.org.br/aao/entenda-o-processo-de-certificacao.php>.

A Rede Cantuquiriguaçu potencializou a produção de leite a pasto por meio do Pastoreio Racional Voisin (PRV) e dos SAFs, com ênfase no manejo das frutas nativas. A partir do *Projeto Ecoforte*, a rede passou a comercializar várias frutas, como a guabiroba a R\$ 10,00 o quilo, gerando uma renda, para algumas famílias, de cerca de R\$ 2 mil em uma safra. Na produção animal, aumentou a produtividade de leite, com melhor aproveitamento das pastagens, maior carga animal por área, redução dos custos de produção e, portanto, maior rentabilidade financeira. O processamento das frutas nativas, somado à produção do leite, proporcionou uma maior inclusão econômica das mulheres e da juventude rural.

Além dos SAFs, do extrativismo e do manejo de Pancs, a Rema investiu no aproveitamento da água da chuva para a irrigação das hortas, ressignificando uma tecnologia muito difundida em regiões com escassez de água para uma região com índice elevado de umidade. Também implantou sistemas de saneamento ecológico — banheiro ecológico e tratamento de águas cinzas, evitando despejo de dejetos domésticos em cursos de água. Tais unidades demonstrativas foram impulsionadas pelo processo de certificação orgânica.

Os **mutirões** foram adotados como uma das estratégias para a organização social e produtiva das famílias, reavivando e potencializando uma prática cultural presente no modo de vida camponês e tradicional. São formas coletivas de trabalho que proporcionam o intercâmbio de ideias e conhecimentos, o estreitamento de vínculos e a construção de estratégias para o enfrentamento de desafios comuns. A Rede Cantuquiriguaçu fortaleceu os mutirões para as tarefas de manejo da produção; por exemplo: no plantio, na limpeza, na poda e na colheita. Na Rema, os mutirões foram adotados como mecanismo de controle social das OCSs no processo de certificação orgânica e trouxeram novos integrantes para a rede.

A **certificação da produção** tem dinamizado as ações na Rema, primeiro garantindo a qualidade orgânica e agroecológica na venda direta ao consumidor por meio das OCSs e, com o apoio do *Ecoforte*, estruturando o SPG Maniva. Esse arranjo tem estimulado a criação de novas OCSs, a diversificação

A feira agroecológica de Manaus trabalha semanalmente com mais de 100 produtos.

da produção agroecológica e a inserção em novos mercados. A sinergia com o PAA durante a execução do *Projeto Ecoforte* viabilizou o primeiro acesso da Rema a essa política pública com produtos orgânicos, que agrega até 30% no valor de compra.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E OUTRAS ECONOMIAS POSSÍVEIS

Para as 12 redes, o apoio do *Ecoforte* potencializou o aumento da escala das experiências agroecológicas por meio da diversificação da produção, da implementação e da qualificação de estruturas de beneficiamento e da inserção em diferentes espaços de comercialização. E, ainda, da criação de instrumentos de registro e reflexão sobre a contribuição dessa produção na renda monetária e não monetária das famílias, bem como na segurança alimentar e nutricional na região de atuação das redes. A participação da juventude e das mulheres nessas dinâmicas econômicas tem revelado o crescente protagonismo desses sujeitos sociais.

Nesta terceira seção, cinco redes ilustram as reflexões sobre a construção social de mercados, a diversidade produtiva e as estruturas de processamento, bem como foram incluídos alguns resultados relativos à análise transversal das 12 redes.

Diversificação e aumento da escala de produção

Foram implantadas Unidades de Referência (URs) direcionadas à promoção da biodiversidade e à ampliação da produção de base agroecológica. Também foram intensificados os processos de assessoramento técnico em parceria com organizações integrantes ou aliadas das redes.



1 ▶ REDE AGROECOLÓGICA DO LESTE DE MINAS GERAIS, atua desde a década de 1980 e abrange sete municípios da Zona da Mata e do Rio Doce (MG)

2 ▶ REDE ESPAÇO AGROECOLÓGICO (REA), atua desde 1997 e abrange 15 municípios localizados na Região Metropolitana do Recife, na Zona da Mata e no Agreste do estado de Pernambuco

3 ▶ REDE ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO MATO GROSSO DO SUL (APOMS), atua desde 2000 e abrange dez municípios da Grande Dourados (MS)

4 ▶ REDE DE AGROECOLOGIA DO LESTE PAULISTA, atua desde 2005 e abrange 38 municípios do Leste do estado de São Paulo

5 ▶ REDE DE AGROECOLOGIA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS, atua desde a década de 1980 e abrange 20 municípios mineiros da Zona da Mata

A **Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais** atua desde a década de 1980 na região da Zona da Mata e Rio Doce, no bioma Mata Atlântica, em áreas com predomínio de relevo montanhoso, com altitudes variando entre 600 e 1.300 m. A região convive com a forte presença da cafeicultura e criação de gado num ambiente com forte degradação e perda dos hábitos alimentares regionais. Frente a esses desafios, o projeto apoiado pelo *Programa Ecoforte* envolveu a estruturação de 105 URs, individuais (em unidades de produção familiar) e coletivas; de SAFs; hortas; pomares; roçados; criação animal; produção de insumos (caldas, biofertilizantes, adubação verde); e o aprimoramento do manejo agroextrativista.

A **Rede Espaço Agroecológico (REA)** atua desde 1997 em três regiões de Pernambuco — Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife, abrangendo cerca de 15 municípios, e conta com a participação de sete associações. A REA também investiu em SAFs, hortas, pomares e na criação de cabras, galinhas e porcos. Para aumentar a produção,

foram instalados filtros biológicos que viabilizam o reaproveitamento da água utilizada em nível doméstico para a irrigação desses espaços de produção. O Centro Sabiá, integrante da rede, assessorou tecnicamente 70 famílias agricultoras e fortaleceu os intercâmbios entre campo e cidade, promovendo visitas das/dos consumidoras/es das feiras agroecológicas às unidades produtivas.

A **Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (Apoms)** surgiu no ano 2000, com a articulação de agricultores de café orgânico da associação, que deu nome à rede. Conta com 21 organizações e atua em dez municípios da Região da Grande Dourados. Desde 2003, atua com certificação orgânica via SPG e participa da Rede EcojusBrasil de Comércio Justo e Solidário para exportação no mercado de *Fair Trade*.

Com o *Ecoforte*, a Apoms implantou URs nos dez núcleos de produção, envolvendo um total de 150 fa-

mílias, para a geração de insumos e um viveiro de 50 mil mudas de espécies arbóreas por ano direcionadas aos SAFs e à recomposição das unidades produtivas com espécies nativas. Como resultado, além de melhorar a articulação entre as famílias, houve o aumento na produção agroecológica de verduras, legumes, raízes e tubérculos, trazendo maior qualidade nos alimentos disponibilizados. Essa oferta de produtos também contribui para reduzir a dependência que o Mato Grosso do Sul tem de outros estados em relação ao abastecimento de hortigranjeiros.

A **Rede de Agroecologia do Leste Paulista** foi constituída em 2005 a partir da articulação entre organizações da agricultura familiar, instituições de ensino universitário, pesquisa agropecuária e Ater. Atua em 38 municípios da região leste do estado de São Paulo, com maior adensamento naqueles próximos de Campinas, onde está a maior parte das URs apoiadas pelo *Ecoforte*. Para aumentar a produção agroecológica, a rede apostou na implementação de SAFs, consorciados com hortas, pomares ou cultivos agroecológicos e viveiros de mudas florestais e hortaliças, além da recuperação de áreas degradadas. Também intensificou os processos de formação e intercâmbios entre as famílias agricultoras, presentes na rede desde o início de sua implementação, em especial pelo vínculo com projetos com a Embrapa Meio Ambiente.

Os primeiros movimentos da **Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais** remetem à década de 1970, por meio das articulações com os Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais (STRs). A maior parte dos agroecossistemas familiares da re-

gião tem o café como a cultura que garante renda monetária e faz parte do universo masculino, em que trabalho feminino é relegado à qualidade de “ajuda”. No entanto, cabe à mulher cuidar do ambiente doméstico, que inclui a casa, o quintal, as hortas e a criação de pequenos animais, trabalhos que geram riqueza, mas que são invisibilizados. Diante desse quadro, a rede vem investindo em instrumentos para mensurar e garantir visibilidade ao trabalho da mulher na produção familiar agroecológica, como a **Caderneta Agroecológica**⁵.

A partir do *Ecoforte*, a vida das mulheres e as cadernetas ganham novos voos. As URs Atividades Produtivas de Grupos de Mulheres fortaleceram a organização dos grupos produtivos de mulheres, à medida que se constituíram como espaços de produção e também de aprendizado coletivo sobre a importância de compreender o funcionamento de instituições, das cooperativas e das estratégias necessárias para viabilizar a comercialização.

Beneficiamento da produção

As redes também investiram recursos para a construção ou a adequação de espaços e a aquisição de equipamentos para o **beneficiamento de produtos**. A Tabela 1 demonstra que as 12 redes implementaram 84 URs desse tipo, individuais e coletivas, envolvendo um número significativo de famílias.

5. Tecnologia social que consiste numa ferramenta de monitoramento da produção, da comercialização, do consumo, da troca e da doação de produtos oriundos do trabalho das mulheres nas hortas, nos quintais, nas lavouras, na criação e também da produção beneficiada.

TABELA 1

UNIDADES DE BENEFICIAMENTO REFERENTES ÀS 12 REDES SISTEMATIZADAS NO NÍVEL 2

TIPOS DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO	UNIDADES	INDIVIDUAL, FAMILIAR OU CASEIRA	COLETIVA OU COMUNITÁRIA	Nº DE FAMÍLIAS QUE TRABALHAM	Nº DE MULHERES	Nº DE HOMENS	Nº DE JOVENS
Cozinhas	37	31	6	112	102	49	24
Agroindústrias	47	4	43	179	370	121	70
Total	84	35	49	—	—	—	—

Fonte: Questionários do Nível 2, ANA, 2018.

A REA oferta 22 tipos de suco natural, 20 tipos de geleia, polpa de fruta, bolo (sem açúcar, sem glúten e sem lactose), erva e fruto desidratado (seco), “carne” de jaca, banha de coco, “vinagre” de frutas, ravióli feito com massa de cacau e recheio de purê de jerimum com coco defumado, mel etc.

Podemos presumir que o menor número de cozinhas familiares está relacionado às opções dos grupos de instalar unidades coletivas, o que é compreensível pelo custo, pelo maior controle do processo produtivo e pela maior participação comunitária, fortalecendo os processos organizativos. As dificuldades de cumprir as exigências da Vigilância Sanitária para equipamentos também tendem a levar as organizações sociais a optar pelo formato coletivo. Nas agroindústrias, também percebemos que as mulheres têm participação expressiva, representando $\frac{3}{4}$ da força de trabalho.

A **Rede Leste Minas** implantou agroindústrias e cozinhas caseiras, na sua maioria de uso coletivo, para a produção de pães, bolos, biscoitos, doces e geleias, polpas de fruta, banana-passa, biomassa de banana, entre outros produtos. A **Rede Leste Paulista** investiu no beneficiamento de banana por meio do uso de forno solar. E, na Zona da Mata Mineira, a UR Agroindústria Familiar estruturou cozinhas comunitárias geridas por grupos de mulheres, também para a produção de bolos, biscoitos, geleias e doces.

A REA avançou na diversificação dos alimentos processados, apresentando iguarias feitas a partir dos alimentos regionais, com um toque de requinte, mas com preços acessíveis, de forma a assegurar renda às famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, disponibilizar alimentos saudáveis para classes de renda mais baixa.

Inserção nos mercados e oferta diversificada de produtos

A **Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais** atua com diversos tipos de produção: orgânica certificada; sem agrotóxicos e/ou sem fertilizantes; e convencional, buscando agregar as/os produtoras/es na transição agroecológica. Esses tipos de produção se inserem em mercados distintos. As famílias vinculadas à rede atuam em diversas feiras livres e nas feiras de produtos sem agrotóxicos; passaram a fornecer produtos orgânicos para o mercado institucional (Pnae e PAA); fornecem alimentos para restaurantes, minimercados e frutarias da região; entregam cestas de alimentos por encomenda ou oferecem os produtos nas residências (de porta em porta); e ainda comercializam no atacado, para atravessadores, exclusivamente produtos convencionais.

São cerca de 110 produtos diferentes. A maior parte (cerca de 60%) é comercializada *in natura* (frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos, condimentos, plantas medicinais), mas há também os produtos lácteos, carne de galinha e ovos caipiras, além dos processados e panificados.

A **Rede Espaço Agroecológico** tem tradição em feiras agroecológicas, pois há 20 anos criou a primeira delas no Recife, no bairro das Graças, conhecida até hoje como *Espaço Agroecológico das Graças*. Com o apoio do *Ecoforte*, a REA renovou e ampliou os espaços das feiras existentes no Recife (das Graças e de Boa Viagem), criou duas novas nos bairros de Santo Amaro e Setúbal e incorporou a feira de Gravatá. É destaque também a participação da Associação dos Manipuladores de Remédios Fitoterápicos Tradicionais Semi-artesanais do Estado de Pernambuco (Amarfitsa-PE), uma organização de agricultura urbana formada majoritariamente por mulheres.

As cinco feiras da REA são padronizadas, têm produção certificada e envolvem diretamente 125 famílias.

Além das feiras agroecológicas, a REA vende para restaurantes e eventos (sob encomenda) e ainda comercializa nos mercados institucionais (PAA e Pnae), gerando renda para as famílias por meio da oferta de cerca de 70 alimentos *in natura*, uma dúzia de espécies de ervas medicinais e aromáticas, galinhas e ovos caipiras e cerca de 150 tipos de alimento processado.

O fortalecimento dos dez núcleos de produção da rede ampliou de forma significativa a presença da **Apoms** nas feiras dos municípios. Em Dourados (MS), a rede passou a fornecer cestas de alimentos diretamente aos consumidores, assim como a restaurantes e pequenos mercados.

Para responder ao aumento da escala de produção e dos canais de comercialização, foi criada a Cooperativa da Rede Apoms (Cooperapoms) para atuar como braço comercial da rede. Um dos resultados foi a ampliação da inserção nos mercados institucionais. A participação no Pnae intensificou a relação da Apoms com os municípios, ampliando a presença de organizações da rede nos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CAEs) e estabelecendo um processo de capacitação das merendeiras da rede pública.

Em 2018, a Cooperapoms abasteceu 90 escolas municipais e passou a fornecer alimentos para uma unidade militar de Dourados, por meio do PAA institucional.

A Apoms estima que, desde o início da implementação do *Projeto Ecoforte*, as famílias agricultoras tenham ampliado sua renda em cerca de 30%. As famílias, então, passaram a acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para realizar investimentos em seus sistemas de produção. Esses resultados evidenciam a capacidade das redes de ativar processos e promover sinergias entre as políticas públicas.

A **Rede de Agroecologia do Leste Paulista** tem aproveitado o potencial de mercado do seu território de atuação, pela proximidade com cidades como Campinas, Jaguariúna e Americana. Tem comercializado cestas de alimentos diretamente aos consumidores nas feiras e nos grupos Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), além das entregas para restaurantes e minimercados. A Rede do Leste Paulista é a que apresenta a maior diversidade de produção comercializada dentre todas as redes de agroecologia sistematizadas pela ANA.

A Rede Leste Paulista trabalha com 297 tipos de fruta, verdura, legume, raiz e tubérculo; 112 panificados; 28 doces e geleias; 18 lácteos; e outros 18 produtos; totalizando uma oferta de 473 alimentos.

Na **Zona da Mata Mineira**, foi implantada a *Feira Agroecológica no Município de Divino*, com recursos do *Projeto Ecoforte*, da Prefeitura Municipal e do *Projeto Cooperar*, sob responsabilidade do grupo de mulheres. Seguindo essa sinergia entre o *Ecoforte* e a Prefeitura, foi estruturado o espaço Casa do Artesão em Divino, que funciona como um ponto de venda fixo para os produtos beneficiados e para o diverso artesanato produzido pelas mulheres. Há também a interação com a Rede Raízes da Mata, que agrega agricultoras/es, técnicas/os, estudantes e consumidoras/es de Viçosa e região.

A participação ativa das mulheres da Zona da Mata Mineira no Pnae gerou uma produção ainda mais diversificada nos quintais, sendo também consumida por suas famílias, contribuindo diretamente para o aumento da segurança alimentar e nutricional no âmbito doméstico. Por meio do uso da Caderneta Agroecológica, em um único quintal agroecológico de 2.400 m² foram contabilizadas 118 espécies vegetais agrupadas em 51 famílias botânicas diferentes e mais cinco espécies animais.



Diversidade expressa nas barracas da Feira das Graças, no Recife (PE), e nas sementes crioulas conservadas por famílias e comunidades no Rio Grande do Sul



Foto: Marco Antonio Corbari

Nas 12 redes, temos uma diversidade de produtos agroecológicos e orgânicos que chega a mais de 800 itens: mais da metade é comercializada *in natura* — frutas, legumes, verduras, raízes e tubérculos; em seguida, vêm os panificados, as massas e as farinhas diversas, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2

DIVERSIDADE DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E ORGÂNICOS COMERCIALIZADOS PELAS 12 REDES

PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E ORGÂNICOS	NÚMERO DE ITENS	% DO TOTAL DE ITENS COMERCIALIZADOS
Folhas, legumes, raízes, tubérculos e vegetais processados	416	52
Sucos, polpas, doces, geleias e compotas de fruta	113	14
Panificados, farinhas diversas e massas	158	20
Leite e derivados	22	3
Condimentos, chás, fitoterápicos e plantas medicinais	60	7
Outros produtos: café, carnes, produtos desidratados, ovos, óleos, bebidas, mel, melado, mudas de frutíferas, medicinais e ornamentais, artefatos em látex	35	4
TOTAL DE ITENS	804	100

Fonte: Relatórios do Nível 2, ANA, 2018.

As redes de agroecologia demonstram um potencial em estabelecer mudanças que levem à (re)construção das dinâmicas alimentares nos territórios em

que atuam, contrapondo-se aos padrões nos regimes alimentares impostos pela indústria. É o caso da valorização dos produtos regionais, consumidos *in natura* ou processados de forma inovadora ou atrativa para o público consumidor.

COMUNICAÇÃO E CULTURA: TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DA AGROECOLOGIA⁶

A comunicação e a cultura são componentes inerentes e imprescindíveis nas ações das redes, pois são a base que dá sustentação às tramas que configuram cada território. O comunicar das redes acontece em duas dimensões: “para dentro” — gerando e mantendo vínculos entre as organizações e os públicos envolvidos em uma rede; e “para fora” — buscando projeção pública e aliados para a causa que defende. A associação das práticas e expressões culturais às ações das redes tem fortalecido seus resultados e contribuído para o seu adensamento.

Nesta seção, buscamos visibilizar o conjunto de práticas e estratégias que, articuladas no fazer das 12 redes apoiadas pelo *Ecoforte* referidas neste capítulo, vem contribuindo para a afirmação dos saberes e fazeres populares, dos laços de solidariedade, bem como para a construção de conhecimentos agroecológicos e a ampliação do diálogo entre campo e cidade nos territórios.

Enquanto **estratégias de construção do conhecimento**, foram identificadas 58 ações utilizadas pelas 12 redes. Para efeito das análises, as ações foram agrupadas em 23 tipos diferentes: oficinas, cur-

6. As análises aqui apresentadas foram trabalhadas pelo Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA, rede de comunicadoras e comunicadores formada e fortalecida desde o processo preparatório para o III ENA (Juazeiro/BA, 2014).



tos, intercâmbios, mutirões, encontros, seminários, sistematização de experiências, visitas, entrevistas, banners, construção de sede, aulas abertas, reuniões, excursão científica, ações dos sindicatos, grupos de WhatsApp, práticas culinárias, troca de sementes, festas, manifestações religiosas, feiras, certificação participativa e caravanas agroecológicas e culturais. Dentre esse repertório diverso, os seis primeiros tipos tiveram maior recorrência.

Essas ações são centradas nas experiências e nos saberes das/os próprias/os agricultoras/es, pautadas por princípios como a horizontalidade, a escuta e a valorização da contribuição de cada uma/um no coletivo. Nesse sentido, as atividades que promovem **trocas de saberes “camponês a camponês”**, envolvendo também os conhecimentos técnicos das organizações de assessoria, são práticas que fortalecem o diálogo para dentro das redes e a interação entre os diferentes atores.

Como forma de revitalização de suas ações, pelo menos cinco redes (Zona da Mata de Minas Gerais, Norte de Minas, RIS Ceará, Gias e Rede Camponesa

de Agroecologia) citaram as festas como **ambientes de articulação, integração e valorização dos conhecimentos locais**, além das músicas, das caravanas agroecológicas e culturais, das trocas de sementes e das atividades centradas no alimento tradicional. São espaços que ampliam os modos de comunicação, utilizando outras linguagens e alcançando públicos mais amplos, reiterando o sentido político da cultura na agroecologia.

No Ceará, a RIS realiza a *Festa da Colheita*, evento que promove a troca de sementes crioulas, alimentos e produtos e permite momentos de formação e outras formas de compartilhamento de conhecimentos, bem como o planejamento das ações estratégicas para as organizações do território. Na Zona da Mata Mineira, pelo menos quatro importantes festas acontecem na região: a *Troca de Saberes*, a *Festa da Terra*, o *Festival da Terra* e a *Fogueira do Farinhada* em Espera Feliz. Ainda em Minas Gerais, a Rede do Sertão Norte Mineiro articula as datas comemorativas às festas regionais, envolvendo a participação das comunidades e dos grupos acompanhados, como nas *Festas de Agosto* e a *Festa do Pequi*.

Por sua vez, no Mato Grosso, a Rede Gias investiu na realização da *Feira de Roças e Quintais*, que, além de ser um espaço de comercialização envolvendo alianças com diversos atores locais, associa atividades culturais, debates e outras iniciativas articuladas à *Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida*. Dessa forma, divulga os malefícios dos agrotóxicos, a importância da alimentação saudável e de se conhecer a origem dos alimentos, ampliando o diálogo com o público urbano e com setores da saúde pública e da educação. Essa forma de interação também é replicada nas feiras agroecológicas.

As **feiras agroecológicas** representam um espaço importante de convívio social e encantamento entre o mundo rural e o urbano, pois promovem um ambiente pedagógico de socialização de saberes e práticas e de valorização das culturas alimentares locais. Por isso, as feiras são expressões vivas da agroecologia para os públicos urbanos, principalmente pelo que trazem de mais sensível: sabores, saberes, cheiros, faces humanizadas e diversas da agroecologia. As feiras também fortalecem relações solidárias entre os grupos de agricultoras/es envolvidos na sua realização.

Educação, comunicação e cultura andam juntas na perspectiva da **educação popular e do campo**, constituindo uma estratégia de luta social e construção do conhecimento por movimentos sociais. Isso porque parte do reconhecimento dos saberes tradicionais, da cultura, do lazer e da identidade camponesa baseia-se na unidade entre teoria e prática, na socialização de conhecimentos e na troca de experiências.

Nessa linha, no Gias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem atuando em escolas de assentamentos no território, com diversas atividades e metodologias, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos. A ação conjunta com as Escolas Família Agrícola na maioria das 12 redes viabiliza a educação formal da juventude nessa metodologia, formando as/os jovens em cursos técnicos baseados no “aprender fazendo agroecologia”. Nas EFAs, acontecem pesquisas, intercâmbios, cultivos que proveem alimentos para a escola e até para a comercialização, dentre muitas outras atividades envolvendo as/os jovens e suas famílias.



Produção de ovos em sistema agroecológico.
Vila Yamaguishi, Jaguariúna (SP)

Outro processo formativo que o *Ecoforte* oportunizou foram as **Oficinas de Comunicação Popular para as Juventudes**. No Leste de Minas, jovens da comunidade dos Diniz, do grupo PlantAção e do Ensino Médio da EFA participaram dessas formações e também de um intercâmbio entre os três grupos. No Paraná, a Rede Cantuquiriguaçu promoveu um ciclo de formação de comunicação popular das juventudes integrado com o Projeto Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mantendo diálogos entre os espaços organizativos do MST e da Rede. A Rede Sertão Mineiro e a RCA, no Rio Grande do Sul, também integraram os jovens em processos comunicativos. Tais experiências são importantes e inspiradoras para incluir as juventudes no fazer agroecológico, por meio de tecnologias e linguagens atuais, instigando-as na reflexão e no desenvolvimento das suas habilidades e competências comunicativas.

A **Caderneta Agroecológica** vem revolucionando a vida das mulheres sob o enfoque da economia feminista. Seu uso na região da Zona da Mata mineira demonstrou as altas rendas, monetária e não monetária, dos subsistemas manejados pelas mulheres, especialmente quintais e hortas; rendas que chegaram, em alguns agroecossistemas, a ser superiores àquela gerada na cultura do café, reco-



Fotos: Lauro José Damasceno Maia



Seringueiro prepara árvore para a sangria do látex, matéria-prima para artesanato produzido pelo Grupo de Mulheres da Comunidade Arajó, Inhangapi (PA)

nhecido historicamente como mais importante em termos econômicos. Além disso, o uso da caderneta colaborou na identificação de uma variedade de produtos antes pouco valorizados, que tanto foram incorporados à alimentação das famílias quanto tiveram sua produção potencializada e comercializada, colaborando diretamente para o aumento da renda. A Caderneta Agroecológica motivou muitas agricultoras a assumir cargos de liderança em espaços coletivos, como sindicatos, cooperativas e associações, e o uso da caderneta extrapolou as fronteiras mineiras, sendo hoje adotada em outras regiões do País por meio da articulação com diversas redes associadas à ANA.

Muita criatividade também esteve presente nas **formas de comunicação para fora das redes**. Foi identificado um total de 46 produtos: catálogos, cartilhas, cadernos, manuais, pôsteres ou folhetos, vídeos, boletins, revistas, identidade visual, bolsas, CDs de músicas e festividades, fotografias, instalações artístico-pedagógicas, canais do YouTube, palestras e disciplinas na universidade. Dentre eles, quatro tipos de material foram mais utilizados: cartilhas, boletins informativos ou técnicos, vídeos e *banners*.

Dentre os exemplos desse comunicar para fora das redes, está a interação da Rede Zona da Mata Mineira com a universidade, com a produção e inserção de conteúdo sobre agroecologia nas disciplinas e nos congressos nacionais e internacionais. A RIS do Ceará produziu seus materiais em diálogo com formas de comunicação popular locais, como os cordéis, o programa de rádio do STR de Sobral e o jornal *Lamparina*.

A adoção de **identidade visual de espaços agroecológicos** também tem sido relevante para a diferenciação das iniciativas das redes, como aconteceu, por exemplo, com a adequação de todos os equipamentos (barracas, balanças, transporte) nos Espaços Agroecológicos da REA (PE).

De modo geral, as redes estão atentas às novas possibilidades de **comunicação na internet** e têm ampliado sua atuação nos ambientes digitais, apropriando-se das redes sociais *online* e reconfigurando suas formas de articulação e de expressão da agroecologia. Pois, além de ocupar as redes sociais com páginas das organizações e com conteúdos sobre a agroecologia, as redes têm utilizado os aplicativos de conversa para promover a troca de conhecimen-

tos entre as/os agricultoras/es e para mobilizar as pessoas para reuniões e encontros.

Em relação às **mídias locais e regionais**, apenas três redes desenvolveram ações concretas: REA (PE), Norte de Minas e Zona da Mata Mineira; outras duas identificaram ações indiretas: Encauchados e RCA; seis não desenvolveram ações dessa natureza; e uma não respondeu. Em alguns casos, observa-se que a interação com a mídia é vista somente como espaço para divulgação de eventos ou para a promoção de venda e *marketing*. Além disso, há que considerar que existem muitas restrições na disponibilização de espaços para a defesa da agroecologia nos canais de comunicação da mídia tradicional.

No que diz respeito à **inserção e ao diálogo da rede em coletivos, grupos e articulações relacionadas à comunicação**, apenas duas redes citaram a articulação em redes de comunicadoras/es: Rede

da Zona da Mata de Minas Gerais e Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro. Em duas outras redes, observa-se a inserção indireta a partir das organizações que as compõem: a Rede Cantuquiguaçu, que cita a integração com os coletivos de comunicação e a cultura do MST no estado do Paraná; e a Rede Gias, na qual observa-se a atuação ativa com a *Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida*.

As breves reflexões aqui relatadas nos instigam a avançar na construção coletiva de estratégias e metodologias que apoiem a compreensão das tramas invisíveis que a comunicação popular movimenta ao estar articulada à agroecologia e às resistências populares. Assim como nos indicam que a comunicação e a cultura populares precisam ser reconhecidas como pilares estratégicos na disputa de narrativas e de um projeto político norteado pela sustentabilidade e pelo reconhecimento das identidades territoriais.



Foto: CAA/NNM



Foto: CAA/NNM



Foto: Anirés Pasquini

Valorização de culturas e tradições: povo indígena Xakriabá em Minas Gerais e dança siri em Mato Grosso

Neste capítulo, apresentamos análises mais aprofundadas sobre os efeitos do apoio do *Programa Ecoforte* nas ações de três redes territoriais de agroecologia: Rede Bico Agroecológico (TO), Rede Sabor Natural do Sertão (BA) e Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede Ecovida de Agroecologia (RS).

As análises abordaram temas definidos em função das trajetórias das redes e envolveram estudos de caso de análise econômico-ecológica em seis agroecossistemas familiares (dois agroecossistemas em cada território), utilizando o método Lume¹. Apresentamos aqui a sistematização de cada rede, na qual são destacados o contexto, a trajetória, os resultados alcançados e os desafios.

A **Rede Bico Agroecológico** atua em 12 municípios da região do Bico do Papagaio, no norte do estado do Tocantins. Sua formação remonta às décadas de 1970 e 1980, associadas à luta pela terra, que segue como um dos principais temas. Fortalecendo essa luta, a Rede fomenta a produção agroecológica e a valorização dos conhecimentos locais e da agrobiodiversidade, como as atividades extrativistas de coco-babaçu e a produção de mel. As ações em rede envolvem 28 grupos de produção, 35 comunidades e cerca de 700 famílias.

Em 2014, a Rede Bico Agroecológico era constituída por 15 organizações entre associações, cooperativas, sindicatos e federação de trabalhadores rurais, movimentos e ONGs, reunindo uma diversidade de sujeitos sociais — agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, mulheres, jovens e técnicas/os. Com o *Projeto Ecoforte*, houve a adesão de novas organizações na rede, que hoje somam 25. A ONG Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) desempenha o papel de animadora da rede.

A **Rede Sabor Natural do Sertão** atua em dez municípios do norte da Bahia, que correspondem ao Território de Identidade do Sertão do São Francisco (TSSF). O Rio São Francisco corta sete dos dez municípios da rede, com grande importância social, econômica, cultu-

ral e ambiental, em especial para a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais — quilombolas, indígenas Tumbalá, pescadoras/es artesanais e comunidades de fundos de pasto, presentes no território.

A rede tem sua origem no trabalho desenvolvido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa) com as mulheres nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, em parceria com as pastorais rurais da Diocese de Paulo Afonso e Juazeiro. A partir de 2003, outros grupos se incorporaram nesta rede, construindo uma identidade traduzida na marca Sabor Natural do Sertão. Somente em 2017 a rede foi formalizada, com a criação da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Cecaat).

É constituída por 22 organizações, sendo dez cooperativas, duas associações (compostas por agricultoras/es, apicultoras/es, pescadoras/es e grupos de mulheres) e dois grupos (dos quais participam quilombolas, grupos de mulheres e pescadoras/es artesanais). Outras três associações e a Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical)



Fotos: Marcelo S. Araújo



Beneficiamento de frutas nativas valoriza sabores da biodiversidade da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul

1. PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. M. da; FERNANDES, G. B.; ALMEIDA, S. G. de. *Método de Análise Econômico-ecológica de Agroecossistemas*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017, 246 p.

vêm participando dos processos de comercialização da rede. Os princípios e valores da rede estão fundamentados e inspirados na Economia Solidária, visando construir e afirmar um novo modelo de desenvolvimento baseado na cooperação e na solidariedade entre os atores sociais, especialmente entre produtoras/es e consumidoras/es.

A **Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida** abrange sete municípios no norte do Rio Grande do Sul, constituindo uma parcela do Núcleo Planalto, um dos oito núcleos da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul.

A Rede de Agroecologia Ecovida é uma articulação constituída em 1998 que atua na construção da agroecologia em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural na região Sul do País, a partir da articulação de grupos informais de famílias produtoras e de consumidoras/es, associações, cooperativas, ONGs e outras instituições que se organizam atualmente em 27 núcleos regionais, distribuídos em 352 municípios e que envolvem cerca de 4.500 famílias organizadas em aproximadamente 340 grupos.

Em 2017, a Rede Territorial era constituída por 42 diferentes atores: duas cooperativas, uma associação,

três grupos informais, duas organizações não governamentais, duas instituições de ensino, dois grupos de consumidores, sete feiras, um ponto fixo de comercialização e 22 unidades agroecológicas de processamento, entre familiares e coletivas.

TRAJETÓRIA DE LUTA E A SEMENTE DA AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS

Muito embora as três redes atuem em contextos geográficos e em biomas distintos (Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado/Amazônia), existem muitas semelhanças nas trajetórias, nos conflitos e nas motivações para a atuação das organizações em rede em cada território e para a opção pela agroecologia.

Os três territórios são marcados por conflitos por acesso à terra e a recursos que vêm desde os processos de colonização até a implantação de grandes projetos agropecuários e de infraestrutura. No Rio Grande do Sul, imigrantes europeus estabeleceram-se sobre terras indígenas, e, nas últimas décadas, o incentivo estatal às monoculturas gerou uma crise na agricultura familiar, com êxodo rural e concentração fundiária decorrentes do fortalecimento do agronegócio. No Bico do Papagaio, a



Armazenamento de água de chuva possibilita produção de hortaliças. Esperantina (TO)

Foto: Gustavo Ohara

pecuária com suas cercas, as monoculturas de eucalipto e teca em grandes latifúndios e as usinas hidrelétricas têm gerado limites à produção agrícola e extrativista. No sertão da Bahia, a implantação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e a criação de perímetros irrigados para o agronegócio deslocaram um grande contingente de camponesas/es e comunidades tradicionais de seus territórios.

Tais conflitos mobilizaram um processo de resistência e organização das/os agricultoras/es e das comunidades tradicionais, que, nos três territórios, contou com o auxílio de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dioceses, pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esse trabalho fortaleceu a luta sindical e a criação de diversas organizações de base, que seguiram juntas atuando na luta pela conquista e permanência das famílias na terra, construindo um sólido alicerce para a constituição das redes de agroecologia.

A parceria entre organizações de assessoria, movimento social e sindical, juntamente com os setores da Igreja Católica, teve papel vital na construção de práticas de produção adequadas às condições das/os agricultoras/es familiares, considerando os desafios e as potencialidades de cada território. Diante disso, mesmo com objetivos similares, cada rede adotou estratégias distintas.

Na Bahia, destacamos a parceria entre a Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a CPT, a Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical) e as organizações de assessoria Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) e Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa). A ação junto às comunidades e unidades familiares intensificou o desenvolvimento de práticas de convivência com o Semiárido, como os sistemas de coleta e armazenamento de água; o manejo de caprinos, ovinos e aves; a introdução da apicultura; os quintais produtivos; e o manejo adequado da Caatinga.

No Tocantins, as CEBs, a CPT e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) iniciaram a formação das/os camponesas/es, o que ajudou na criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins (Fetaet) e das



Foto: William França



Foto: Gustavo Ohara

Produção de biscoitos é parte da estratégia de diversificação da Associação dos Apicultores de Sento Sé (BA); no Tocantins, galinheiro é construído em mutirão

primeiras organizações das mulheres quebradeiras de coco-babaçu, como a Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A APA-TO se soma nessa rede como organização de assessoria e atua na construção de práticas alternativas à pecuária, assim como as organizações das quebradeiras de coco atuaram na defesa dos babaçuais e do extrativismo de seus produtos, conectada com a discussão de um modo sustentável de produção e extrativismo.

No Rio Grande do Sul, organizações do movimento social — como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Comissão Sindical Rural e o Movimento Indigenista — apoiaram as/os agricultoras/es na luta pela permanência na terra e pela conquista de direitos sociais — saúde, previdência social e direito das mulheres rurais.

O Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap) teve um papel determinante na assessoria e construção de práticas mais sustentáveis de produção — manejo de solos, criação de suínos ao ar livre e de galinhas caipiras, apicultura, produção de leite a pasto e resgate e produção de sementes crioulas. A aproximação das organizações do Rio Grande do Sul com a Rede Projeto de Tecnologias Alternativas (Rede PTA), ainda na década de 1980, fortaleceu o debate sobre os limites do modelo convencional de agricultura e a busca por uma produção mais sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental.

A questão fundiária continua assustando e preocupando as/os agricultoras/es familiares e as comunidades tradicionais, principalmente devido à expansão do agronegócio, da mineração e da implementação de empreendimentos de energia, bem como às restrições ao reconhecimento e à regularização dos territórios dos povos quilombolas e indígenas.

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE

Os **agroecossistemas familiares têm características** distintas nas regiões, mas há em comum a combinação de roçados de culturas alimentares, os quintais com hortas e a criação de aves e suínos. Na região do Bico do Papagaio, existe também o extrativismo do coco-babaçu, a pesca artesanal em rios e lagos naturais e a criação de gado bovino e de abelhas. Na Bahia, a apicultura também está presente, além da criação de caprinos, ovinos e bovinos em áreas coletivas e com alimentação de espécies da Caatinga, prática tradicional das comunidades de fundo de pasto.

No Rio Grande do Sul, a despeito da tendência de especialização e vinculação com sistemas de integração (suínos, aves de corte, gado de leite e tabaco), muitos dos agroecossistemas familiares, em especial os agroecológicos, trabalham com uma variedade de subsistemas, agregando o processamento dos produtos em, por exemplo, compotas, polpas, queijos e panificados.

Mesmo com essas diferenças de realidades e estratégias adotadas, um resultado expressivo alcançado

nos três territórios com a ação das redes foi a **diversificação da produção** e, conseqüentemente, da oferta de alimentos para o autoconsumo e a comercialização. Nas três redes, foram implantados sistemas agroflorestais; ampliadas as hortas, os quintais e os pomares; aprimorados os roçados e a criação de pequenos animais (porcos, galinhas, cabras e abelhas); e valorizados o uso e o beneficiamento de produtos do extrativismo.

Para alcançar esses resultados, as famílias e organizações acessaram **políticas públicas e financiamentos da cooperação internacional**. Algumas políticas e programas públicos federais acessados nos três territórios, como o subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), a política de Assistência Técnica e Extensão Rural do (extinto) Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ater/MDA), e, mais recentemente, o *Programa Ecoforte*, contribuíram para a introdução de inovações nos agroecossistemas familiares.

Além destas, outras políticas estaduais e federais foram acessadas exclusivamente em cada território, como o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) e o Programa de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-Ecos), no Tocantins; os recursos do Conselho



Foto: William França



Foto: Marcelo S. Araújo

Beneficiamento de mel, em Sento Sé (BA); e sistemas agroflorestais com introdução de espécies nativas no Rio Grande do Sul

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), a Pesquisa por Demanda e o Programa Estadual de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (Panpa), no Rio Grande do Sul; e a Petrobras, na Bahia.

O apoio das agências internacionais de cooperação para o fortalecimento institucional das organizações e a estruturação de empreendimentos coletivos também favoreceram a diversificação da produção e o processo de transição agroecológica nos territórios.

Muitas dessas políticas foram conquistadas por meio da participação efetiva das organizações das redes nos espaços de proposição e gestão de políticas públicas, como os conselhos municipais, territoriais, estaduais e nacional (dentre outros, os de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional). Também ampliaram sua capacidade de negociação e denúncia, integrando-se a outras redes de âmbitos regional e nacional, como, por exemplo, a Rede Cerrado (no caso da Rede Bico Agroecológico – TO), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

As **tecnologias sociais de aproveitamento de água** foram fundamentais para o enfrentamento das condições de escassez de água presentes na Bahia e no Tocantins, contribuindo para a intensificação e diversificação da produção dos quintais, das hortas e para a criação animal.

No sertão da Bahia, a instalação de cisternas, barreiros trincheiras, barragens subterrâneas, tanques de pedra e poços tubulares, por meio dos programas federais *Um Milhão de Cisternas* (P1MC) e *Uma Terra e Duas Águas* (P1+2), geridos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), supriu a demanda por água para o consumo das famílias e para a produção e intensificou a diversificação nos quintais. No Bico do Papagaio, o apoio do *Ecoforte* permitiu a implantação de cisternas e sistemas de irrigação por gotejamento e microaspersão nas hortas.

Apesar desses avanços, a quantidade da água disponível nesses territórios para o consumo e a produção

está cada vez mais reduzida; e a sua qualidade, comprometida, fato que tem sido agravado por políticas de incentivo ao agronegócio, que apoiam os monocultivos de eucalipto e teca, a pecuária extensiva, o uso de agroquímicos, os desmatamentos e a mineração.

No Bico do Papagaio, as tecnologias de aproveitamento da água, associadas a outras práticas, como hortas agroecológicas, criação de galinhas e apicultura, beneficiaram 64 famílias em 11 assentamentos, uma comunidade quilombola e três comunidades rurais.

Outra frente importante de ação das redes foi a **redução do uso de agroquímicos e a eliminação de agrotóxicos** nas unidades produtivas, substituindo-os por práticas alternativas de controle de pragas e doenças e fertilização dos solos. As famílias passaram a usar inseticidas naturais, biofertilizantes, insumos orgânicos produzidos nos subsistemas (palhadas, restos de cultura, esterco etc.), cobertura de solo e passaram a manejar a vegetação natural. Por exemplo, no Tocantins, os dois agroecossistemas analisados manejam cerca de 10 subsistemas, nos quais os resíduos de um subsistema servem como insumos para outro e assim por diante.

Na unidade produtiva da família de Jucilene e Rondon (TO), foram identificados 39 itens; e, na de Madalena e Leonardo (BA), 22 itens, entre hortaliças, frutas e produtos animais, usados para autoconsumo, doações, venda e estoque.

1 ▶ REDE BICO AGROECOLÓGICO, atua desde a década de 1970 e abrange 12 municípios da região do Bico do Papagaio (TO)

2 ▶ REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO, atua desde a década de 2000 e abrange 10 municípios do Território de Identidade do Sertão do São Francisco (BA)

3 ▶ REDE TERRITORIAL NÚCLEO PLANALTO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, integra um dos oito núcleos da Rede Ecovida, que atua desde 1990 no estado do Rio Grande do Sul (RS)



O resultado foi a maior disponibilidade de alimentos livres de veneno para as famílias produtoras e para os consumidores, gerando maior autonomia das famílias agricultoras, não somente devido ao aumento da produção desses alimentos saudáveis, mas também pela manutenção da fertilidade dos solos e pelo aumento do estoque de insumos produzidos. Algumas famílias da Rede Territorial do planalto gaúcho converteram os sistemas convencionais numa produção integralmente orgânica, inclusive com a obtenção da certificação participativa, assim como aconteceu com o processamento de frutas (acerola e manga) no território baiano.

O fortalecimento da criação de caprinos e ovinos, principal atividade econômica da grande maioria das famílias do território baiano, foi resultado de diferentes apoios, como o da Petrobras e o do Programa Ecoforte. Por meio deles, foram realizados investimentos na aquisição de animais, construção ou reforma de instalações (curral) e na assessoria técnica, que atuou na melhoria do manejo sanitário dos rebanhos, na produção de forragem e em práticas de fenação e silagem, bem como na recuperação e no manejo da Caatinga.

Recursos da Petrobras e do Ecoforte viabilizaram a recomposição de 900 ha de Caatinga, em 12 áreas do território de atuação da Rede Sabor Natural do Sertão, por meio do plantio de espécies arbóreas (leucena, gliricídia e plantas nativas), arbustivas e gramíneas (capim-gramão, buffel etc.).

A análise dos agroecossistemas baianos demonstrou a importância dos investimentos no manejo dos animais. Na propriedade de Cristiane e Eduardo (BA), em 2018, da renda total obtida (cerca de R\$ 29,5 mil), 60% provêm de aspectos não monetários — autoconsumo, trocas, doações e estoque (32% do total correspondem ao estoque de caprinos). Na propriedade de Madalena e Leonardo, em 2018, a família obteve cerca de R\$ 12 mil de renda total; destes, 38% provêm da

apicultura e 46% da criação de caprinos e dos demais subsistemas — galinha, suínos, roçado e quintal.

Os investimentos na apicultura no território tocantinense geraram uma renda bruta de quase R\$ 18 mil em 2017 para a família de Lourival e Maria do Socorro, com a venda de cerca de 900 litros de mel.

Merece destaque a **valorização da biodiversidade local** como estratégia de conservação ambiental e geração de trabalho e renda que as três redes promoveram ao estimular o uso, o manejo e o processamento de produtos obtidos a partir das espécies nativas, além da apicultura.

As redes inovaram ao ampliar a dieta alimentar das famílias e colocar no circuito comercial produtos subaproveitados ou até então sem relevância econômica. Isso aconteceu no Bico do Papagaio, principalmente com diversos subprodutos do babaçu e de frutas como bacaba, bacuri, cajá e açaí. No território baiano, isso ocorreu com o umbu, o maracujá da caatinga, a ciriguela, a acerola, a goiaba, a graviola, entre outras. E, no Sul, com o pinhão e algumas frutas nativas, como o uvaia, a guabiroba, a goiaba e a amora.

A ação da Rede Bico Agroecológico envolve 11 núcleos de produção familiar (301 pessoas), articulados numa estratégia de comercialização protagonizada pela Coopf-Bico, CIMQCB, Asmubip e coletivos de agricultoras/es, ofertando cerca de 75 produtos *in natura* e processados, como hortaliças, legumes, verduras, frutas, ovos, mel, grãos, farinhas, derivados do babaçu, dentre outros.

BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

As três redes destinaram recursos para a instalação de agroindústrias familiares e coletivas para o beneficiamento de diferentes alimentos — mel, farinha, polpas de fruta, embutidos, queijos, doces, panificados, conservas, carvão, óleo, sucos, vinagre, hortaliças, entre outros.

No Tocantins, foram instaladas, com o apoio de políticas e programas públicos, 29 unidades de beneficiamento para polpas de fruta; farinha de mandioca; mel; e produtos derivados do babaçu — mesocarpo, flocos, azeite de babaçu e artesanato.

Articulada às unidades de processamento, surgiu a necessidade de ampliar os canais de comercialização. As estratégias adotadas pelas três redes foram semelhantes: criação e fortalecimento das feiras (municipais, da agricultura familiar e agroecológicas); participação com seus produtos em eventos; acesso ao mercado institucional em suas diversas modalidades (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)); e constituição de cooperativas e entrepostos, alguns instalados nas cidades.

Destacamos, dentre esses espaços de comercialização, o *Encontro de Sabores* sediado em Passo Fundo e seu entreposto em Vacaria, ambos no território do Rio Grande do Sul; a Central da Caatinga, em Juazeiro, e a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), em Uauá, no território baiano; e a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina (Coopf-Bico), em Esperantina (TO).

Na Bahia, a trajetória iniciada pelo Grupo Unidos no Sertão em 2000 resultou na criação da marca Sabor Natural do Sertão, para identificar os produtos processados das famílias envolvidas. Mais tarde, em 2003, foi criada a Coopercuc para fortalecer essa produção e a comercialização do umbu, do maracujá e de outras frutas da Caatinga.

O Encontro de Sabores é um empreendimento coletivo inovador da Rede Ecovida que recebe e processa a produção dos grupos, prepara alimentos, armazena e comercializa em pontos como feiras, eventos, coquetéis e jantares. Produz dez sabores de polpa de fruta, oito de picolé e 15 tipos de outros alimentos (doces e salgados). No ano de 2017, obteve uma receita bruta de R\$ 40 mil e manteve em estoque 400 kg de polpas de fruta.

O *Ecoforte* teve uma importância significativa na implantação e adequação das estruturas de processamento, seja pela aquisição de materiais e equipamentos de beneficiamento e armazenamento, seja pelo apoio a processos de capacitação, seja pela assessoria técnica aos grupos e às famílias.

O resultado foi o aproveitamento de produtos muito perecíveis quando *in natura*, como as frutas,

a agregação de valor aos produtos e a consequente ampliação da renda monetária e não monetária das famílias. No Rio Grande do Sul, durante o ano de 2017, a família de Edelaine e Diógenes obteve 54% da Renda Agrícola Monetária (RAM) alcançada na propriedade com o subsistema agroindústria — polpas de fruta (butiá, araçá, uvaia, guabiroba, jabuticaba, amora, manga), sucos, doces etc., totalizando cerca de R\$ 23 mil. Parte disso provém do apoio do *Ecoforte* nos anos 2015-2017, pois proporcionou um aumento de 200% na produção de polpas de fruta dessa família.

O acesso ao mercado institucional foi impulsionado pelo Governo Federal a partir de 2003, com iniciativas de divulgação e capacitação para as organizações e redes do País. O PAA garantiu um mercado certo aos produtos durante um período; no entanto, as mudanças nas regras e a redução nos orçamentos anuais do programa a partir de 2016, especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea, reduziram drasticamente sua execução nos três territórios.

O Pnae ainda continua sendo acessado, mas depende do interesse dos órgãos públicos municipais e estaduais e da capacidade das organizações de pressionar seus gestores. O aprendizado que as/os envolvidas/os com os três territórios extraem dessa experiência é que as famílias e suas organizações não podem ficar dependendo exclusivamente de um único canal de comercialização.

As feiras têm um papel relevante na comercialização direta ao consumidor e propiciam novos negócios a partir do contato entre agricultoras/es e comerciantes das sedes dos municípios. O investimento na padronização das barracas e a criação de logomarca para os produtos têm ajudado a divulgar a identidade da agricultura familiar e tradicional agroecológica nos três territórios.

A conexão direta entre produtoras/es e consumidoras/es foi potencializada por meio dos espaços de beneficiamento e comercialização, em especial os entrepostos nos centros urbanos e as feiras. No Sul, essa conexão foi bem intensa, principalmente em função das articulações inerentes à Rede Ecovida, que também incluem grupos de consumidores.

O Armazém da Central, loja da Central da Caatinga, instalada no centro comercial de Juazeiro, em 2018, expõe mais de 300 produtos de 30 cooperativas articuladas na Rede Sabor Natural do Sertão.

Ainda existem alguns **desafios** a serem superados nas dinâmicas que envolvem as agroindústrias e a comercialização. Um deles é harmonizar a regularidade na oferta e no padrão de qualidade dos produtos processados com a capacidade de armazenamento e a demanda dos mercados. A análise de agroecossistemas no território do Rio Grande do Sul, por exemplo, constatou que geralmente as famílias detêm maior capacidade de produção de polpas de fruta do que os empreendimentos aos quais estão vinculadas têm condição de comercializar.

O rigor das regras da Vigilância Sanitária para o funcionamento das estruturas de beneficiamento, bem como as mudanças constantes nas condições exigidas para a comercialização de produtos processados (animais e vegetais), dificulta o trabalho das redes.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E DA COMUNICAÇÃO

O apoio do *Ecoforte* às entidades de assessoria (Irrpaa, APA-TO e Cetap) e também o acesso às políticas públicas de Ater (Ater/Incrá, Ater/MDA, Ater Agroecologia)

No Tocantins, a instalação de cisternas e de canteiros econômicos (fundo revestido por lona com cano perfurado instalado ao longo do canteiro para irrigação) por famílias da Rede Bico Agroecológico foi fruto do intercâmbio com a Rede Sabor Natural do Sertão.

provocaram um efeito sinérgico na construção e expansão do conhecimento das famílias, dos grupos e dos empreendimentos em diferentes dimensões — produção, beneficiamento, certificação, comercialização, organização e gestão. Os intercâmbios, os cursos de boas práticas, as oficinas, as trocas de serviços, os mutirões e a participação das/os agricultoras/es nas suas organizações, nas feiras, nos empreendimentos e em outros espaços de proposição e gestão de políticas públicas foram mecanismos adotados de grande relevância nos três territórios.

O boletim O Candeeiro (ASA) foi usado nos processos de formação e troca de experiências no território baiano por abordar temas como aproveitamento de água, criação de caprinos, meliponicultura, empoderamento feminino, cultura e tradição, dentre outros.



Fotos: Gustavo Ohara



Captação e armazenamento de água de chuva são viabilizados com a construção de cisterna-calçadão

Uma diversidade de materiais foi produzida com o objetivo de difundir práticas agroecológicas e dar visibilidade aos produtos e às ações das organizações, tanto para o público interno das redes como para o externo. São cartilhas, informativos, fôlderes, boletins, vídeos, campanhas, programas de rádio, uso dos meios digitais (*site*, Facebook, Instagram, *blogs* e canal no YouTube), entre outros. Esses mecanismos contribuíram para ampliar a atuação da Rede Territorial do Rio Grande do Sul em direção aos setores urbanos e para outros territórios.

No Rio Grande do Sul, a constituição dos grupos de consumidoras/es tem sido apoiada por intercâmbios e momentos de formação sobre a produção dos alimentos, sua qualidade e a relação com a saúde humana e com os recursos naturais, envolvendo consumidoras/es e agricultoras/es.

O investimento na conexão entre produtores e consumidores tem sido vital para a expansão da agroecologia nos territórios, pois a valorização da produção familiar agroecológica depende do conhecimento e envolvimento do público urbano nessa pauta.

INSERÇÃO DE MULHERES E JOVENS

O *Ecoforte* e outras políticas públicas incentivaram atividades direcionadas às mulheres, como o manejo e a gestão do quintal e do pomar, a criação de pequenos animais, o beneficiamento de produtos e a atuação nas feiras. Os processos de formação qualificaram a atuação das mulheres nesses espaços e na tomada de decisão sobre a gestão das propriedades e ainda ampliaram o protagonismo na direção das organizações sociais (cooperativas, sindicatos, associações comunitárias).

A participação das mulheres tem sido fundamental no desenvolvimento dos agroecossistemas e nas transformações e inovações implementadas — SAFs/hortas, apicultura, criação de pequenos animais, Bancos de Sementes e processamento de produtos.

No entanto, esse aumento da atuação das mulheres nas diferentes esferas sociais de trabalho — geração de renda, pluriatividade (renda não agrícola), participação social e trabalho doméstico e de cuidados — aumentou a sobrecarga de trabalho, principalmente porque as atividades domésticas e de cuidados na maioria das famílias continuam a ser exclusivamente executadas por elas, sem a contribuição dos homens.

Divisão do tempo de trabalho entre homens e mulheres em agroecossistema no Bico do Papagaio (TO):

Mulheres ▶ 45% mercantil/ autoconsumo, 49% doméstico e de cuidados, 5% participação social e 1% pluriatividade.

Homens ▶ 98% mercantil/ autoconsumo e 2% pluriatividade.

O envolvimento das juventudes também tem sido incentivado nos três territórios, de forma a encontrar, junto com elas, motivação para permanecer no campo. Os processos de formação com foco em agroecologia e comunicação têm contribuído bastante para esse fim.

No Sul, a articulação entre o Cetap e a juventude rural foi o embrião da constituição dos grupos de agricultores que mais tarde se organizaram no Núcleo Planalto da Rede Ecovida e, com isso, estão integrados nos processos produtivos de processamento e na comercialização.



Foto: William França

Beneficiamento de frutas e produção de biscoitos na Bahia

No território baiano e no Bico do Papagaio (TO), a participação da juventude acontece a partir da relação entre as Escolas Família Agrícola (EFAs) e o trabalho desenvolvido com as famílias, mas também com o envolvimento das/os jovens em atividades de comunicação. No Tocantins, essas ações resultaram na formação de 35 agentes multiplicadores de práticas agroecológicas nas comunidades e na constituição do grupo Jovens em Comunicação.

Na Bahia, os jovens são responsáveis pela produção de conteúdos (vídeos, cordéis, matérias) que divulgam as atividades da rede em diferentes veículos de comunicação — boletins, informativos, rádio, página de Facebook e grupos de WhatsApp (Juventude Agroecológica, Jovens Comunicadores).

Por fim, consideramos que a análise realizada nos seis agroecossistemas possibilitou aprofundar e dimensionar claramente como as ações em rede se manifestaram nas unidades familiares e provocaram mudanças nos agroecossistemas — valorização da sociobiodiversidade, inovação das práticas produtivas e de beneficiamento, incremento da renda e disponibilidade de alimentos saudáveis. E, por sua vez, como essas transformações interferem nas relações entre

diferentes atores no território — produtoras/es, consumidoras/es, comerciantes e gestoras/es públicas/os.

Nos três territórios, as redes vêm tecendo histórias com roteiros e resultados semelhantes. Uma característica comum é a busca pela superação de desafios e a construção de possibilidades, sempre priorizando as atividades coletivas que integrem e articulem famílias, grupos e organizações.

A conquista e o acesso a políticas públicas e outros recursos pelas organizações das redes foram determinantes na trajetória de transformações em cada território, assim como o nível de organização e articulação dessas três redes contribuiu para a capilarização das políticas públicas, bem como para a tradução de seus objetivos em ações concretas e coerentes com as características de cada realidade.

Nesse sentido, a extinção e a contração de recursos para políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia, a partir de 2016, preocupa os integrantes das redes. Mas, por outro lado, fortalece o fato de que o “fazer em rede”, inoculado nesses territórios ao estabelecer dinâmicas locais próprias, é capaz de superar os desafios e as limitações que porventura venham a aparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Trocas de experiências fortalecem ação de redes territoriais de agroecologia

A sistematização das redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte* permitiu a identificação de resultados muito positivos, obtidos numa diversidade de contextos e trajetórias, com a participação ativa de diferentes sujeitos e organizações sociais em ações articuladas. Participam diretamente dos projetos das 25 redes sistematizadas: 213 associações; 54 sindicatos e federações; 45 cooperativas; e 38 associações, cooperativas e grupos de mulheres.

É impressionante a diversidade de temas mobilizadores conectados às práticas enraizadas territorialmente pelas redes. São experiências de valorização da agrobiodiversidade, beneficiamento da produção, construção social de mercados, processos de certificação participativa da produção orgânica, dentre outras. A esse conjunto, estão associadas tecnologias sociais relevantes que foram construídas ao longo da trajetória das redes.

O fato de os projetos apoiados pelo *Programa Ecoforte* terem sido elaborados pelas instituições e

redes que atuam efetivamente com a promoção da agroecologia nas várias regiões do País permitiu que as atividades propostas fossem ajustadas às diferentes realidades e demandas dos territórios, proporcionando que os recursos disponibilizados agissem como catalisadores das iniciativas que estavam em curso e da introdução de inovações.

Sob a ótica do Estado, o desenho do edital envolvendo redes, territórios e agroecologia constituiu uma forma diferenciada de conceber políticas e programas públicos. Trata-se, além do apoio financeiro, de uma política de reconhecimento do papel fundamental desempenhado pela agricultura familiar e pelos povos e comunidades tradicionais na produção de alimentos saudáveis aliado à proteção da natureza e dos bens comuns. As Unidades de Referência (URs) proporcionaram flexibilidade para que os investimentos apoiassem uma diversidade de possibilidades de ações e estratégias das redes.

Esse formato potencializou também os recursos existentes nos territórios (capital social, infraestrutura, biodiversidade, mercados, entre outros), bem como os investimentos realizados por um conjunto diferenciado de programas e políticas públicas, incluindo ações governamentais de âmbitos estadual e municipal.

Constatamos como a ação das redes estimulou, integrou e amplificou os efeitos das políticas públicas acessadas pela agricultura familiar e pelos povos e comunidades tradicionais nos territórios. Por exemplo, revelou como a assessoria prestada através dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) potencializou os resultados do fomento e dos investimentos proporcionados pelo *Ecoforte*. Demonstrou ainda em que medida as políticas de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), estimularam

processos de incentivo à produção promovidos pelo *Ecoforte*. Esses estímulos, por sua vez, contribuíram para a construção e a consolidação de diversos canais de comercialização.

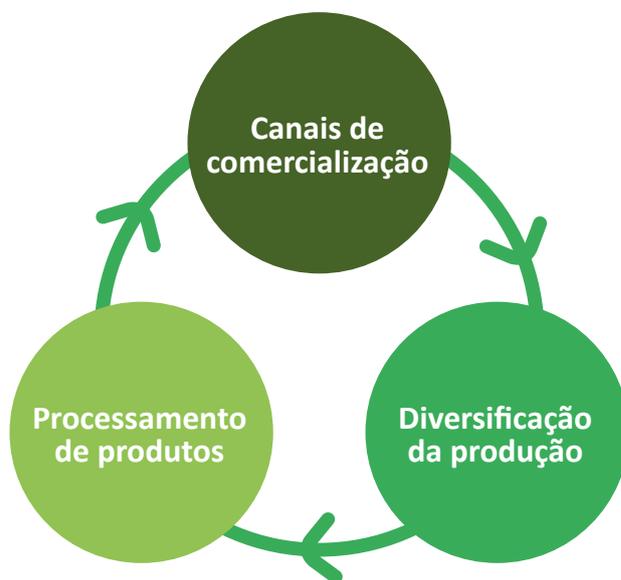
A disponibilidade de recursos do *Programa Ecoforte*, tanto para investimentos em infraestruturas como para viabilizar a assessoria técnica, contribuiu para atender à forte demanda por pequenos investimentos produtivos, que se traduziu na implantação de diversas Unidades de Referência. A estratégia das Unidades de Referência proporcionou que os conhecimentos a elas associados pudessem circular amplamente nas redes e até mesmo para além delas, não ficando restritos às famílias ou organizações diretamente beneficiadas com os investimentos proporcionados pelos projetos.

Outro resultado do Programa é a enorme diversidade de produtos *in natura* beneficiados para autoconsumo, troca e comercialização no universo das redes. Dentre esses, estão incluídos os provenientes da valorização da agrobiodiversidade, obtidos pelo extrativismo de espécies nativas, trazendo novas possibilidades de mercado e estimulando a conservação dos biomas. Essa diversidade inclui diferentes frutas; legumes; verduras; tubérculos; plantas medicinais; mel; carnes; ovos; laticínios; panificados; polpas, geleias e picolés de fruta; derivados do coco-babaçu; artefatos em látex; e muitos outros. Toda essa riqueza traz uma contribuição muito importante para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e consumidoras/es dos territórios das redes.

A ação das redes promoveu um ciclo virtuoso na dinâmica dos territórios, onde a introdução de práticas agroecológicas proporcionou a diversificação e o aumento de escala de produção, impulsionando processos de beneficiamento e a busca de novos canais de comercialização, balizados pela aproximação com os consumidores.

Os estudos realizados mostram que a autonomia e o protagonismo das mulheres e de jovens nos agroecossistemas familiares e nas organizações vêm se ampliando. As revelações sobre a contribuição de sua força de trabalho nas unidades produtivas e nos espa-

ços de beneficiamento, comercialização e participação social reforçam o papel da mulher na renda das famílias e na apropriação de inovações nos territórios. Isso tem feito com que a configuração das redes mude e que esferas como a da vida e do empoderamento das mulheres se tornem centrais, reafirmando o que não para de ecoar — “*Sem feminismo, não há agroecologia*”. Já as iniciativas de formação, como as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola, e as ações de comunicação valorizam o papel das/os jovens na produção familiar como agentes de inovações e, principalmente, potencializam o seu interesse e a sua habilidade em lidar com diferentes ferramentas de comunicação. As redes também mostraram um envolvimento crescente de jovens em espaços de comercialização, que contribuíram para o aumento das suas rendas e a conquista de maior autonomia.



O *Ecoforte* também contribuiu para o adensamento das redes, sua ampliação territorial, bem como para a qualificação e complexificação de suas estruturas de governança e atividades. Dessa forma, potencializou processos nos quais a ação das redes tem sido fundamental, tais como o alinhamento dos atores na construção de dinâmicas de inovação; a mobilização e o compartilhamento de recursos comuns; a geração, adequação e recombinação de práticas tecnológicas; a dinamização de novos fluxos na escala dos territórios; e a articulação entre diferentes escalas.

A pesquisa mostra que, para as redes, ainda é um desafio avançar nas alianças com as/os consumidoras/es. Evidencia também a necessidade de aprofundar as análises em relação ao empoderamento de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, de forma a contribuir com a construção de estratégias específicas de atuação junto a esses grupos no âmbito do *Programa Ecoforte*.

Em 2018, a Pnapo foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) a segunda melhor política pública de agroecologia do mundo, e o *Programa Ecoforte*, que integra a Pnapo, foi reconhecido entre os 50 melhores. Este trabalho de sistematização sobre as redes de agroecologia desenvolvido pela ANA tem sido apresentado em outros países da América Latina e em fóruns internacionais por representantes das organizações do campo agroecológico brasileiro. É interessante perceber a acolhida do *Programa Ecoforte* como uma grande inovação institucional, o que é ainda mais significativo quando se sabe que o Brasil foi pioneiro na instituição de uma política pública nacional de agroecologia e produção orgânica.

Se de um lado existe esse reconhecimento e interesse internacionais, no Brasil, desde 2016, os territórios convivem com a extinção e a contração de recursos do orçamento federal para políticas públicas de apoio à agricultura familiar, à agroecologia e à promoção da segurança alimentar e nutricional, como o próprio Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e os programas de convivência com o Semiárido.

Os cortes orçamentários são agravados pelo esvaziamento de espaços da democracia participativa no âmbito nacional desde 2016, chegando até mesmo à extinção de muitos conselhos e comissões de controle social em 2019. Esse cenário desfavorável tem preocupado os integrantes das redes pela descontinuidade e pelo retrocesso nas conquistas de direitos assegurados ao mundo rural e, ao mesmo tempo, deixa clara a necessidade de seguirem mobilizados e articulados, inclusive para a formulação e o monitoramento de políticas estaduais e municipais.



Ações em rede fortalecem agroecologia em territórios

A metodologia da sistematização respeitou e valorizou a diversidade das redes, ao mesmo tempo que foi capaz de encontrar pontos comuns para a reflexão, tanto em momentos dentro das redes como nos espaços de encontros entre elas. E, para que toda essa dinâmica de aprendizados envolvendo as redes, os gestores públicos e a equipe de sistematização acontecesse, houve o engajamento das redes e sua disposição em investir tempo e recursos nesta pesquisa participativa.

Os resultados e aprendizados aqui apresentados são pequenas amostras da riqueza contida na ação das redes, os quais podem e devem ser replicados e recriados na ampliação e multiplicação de experiências agroecológicas de instituições e redes nos diferentes biomas.

Por fim, a sistematização reafirmou que a trajetória das redes tem sido dinâmica e tem agregado novas organizações à medida que suas iniciativas ganham maior visibilidade. Novas articulações também são acionadas para ampliar ainda mais sua capacidade de proposição de políticas públicas e de denunciar violações de direitos nos territórios. Dessa forma, vem aumentando também sua capacidade de comunicar para diferentes públicos os benefícios da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis, para a soberania e a segurança alimentar e nutricional, para o desenvolvimento social das famílias e dos coletivos, bem como para a defesa dos bens comuns e da democracia.



Este Sumário Executivo apresenta uma síntese dos resultados de um processo nacional de sistematização que envolveu 25 redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo primeiro edital do Programa Ecoforte (projetos executados entre 2015 e 2017). O trabalho, desenvolvido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Amazônia, promoveu intercâmbios entre as redes e apoiou a reflexão nos territórios a respeito da atuação das organizações, buscando dar visibilidade aos efeitos positivos gerados pelas ações coletivas de promoção da agroecologia.

Analisando uma grande variedade de contextos e trajetórias, com a participação ativa de diferentes sujeitos e organizações sociais em ações articuladas, a sistematização mostrou que a ação das redes promoveu um ciclo virtuoso na dinâmica dos territórios, na qual a introdução de práticas agroecológicas proporcionou a diversificação e o

aumento da escala de produção, impulsionando processos de beneficiamento e a busca de novos canais de comercialização, balizados pela aproximação com as/os consumidoras/es. Tudo isso envolvendo uma multiplicidade de temas mobilizadores conectados às práticas enraizadas territorialmente pelas redes, que incluem a valorização da agrobiodiversidade, o beneficiamento da produção, a construção social de mercados, os processos de certificação participativa da produção orgânica, dentre outros. A esse conjunto, associam-se tecnologias sociais relevantes que foram construídas ao longo da trajetória das redes.

Os resultados e aprendizados aqui apresentados são pequenas amostras da riqueza contida na ação das redes, os quais podem inspirar e servir como referências para o desenvolvimento de experiências em agroecologia em todo o País. A versão completa deste trabalho está publicada no livro *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios: Aprendizados do Programa Ecoforte*.

**FUNDO
AMAZONIA**



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ISBN 978-85-87116-32-1



9 788587 116321